



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

A Afetividade da Criança no Litígio dos Pais

Valdirene Maria Cândida da Silva

Orientadora: Profa Dra Vannuzia Leal Andrade Peres

Goiânia, dezembro de 2017



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

A Afetividade da Criança no Litígio dos Pais

Valdirene Maria Cândida da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strito Sensu* em Psicologia da PUC-Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa Dra Vannuzia Leal Andrade Peres

Goiânia, dezembro de 2017

S586a Silva, Valdirene Maria Candida da
A afetividade da criança no litígio dos pais[manuscrito]/
Valdirene Maria Candida da Silva.-- 2017.
97 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Psicologia, Goiânia, 2017

Inclui referências f.12-55

1. Psicologia infantil. 2. Desenvolvimento humano.
3. Afeto (Psicologia) - Crianças. 4. Subjetividade.
5. Ação matrimonial. I.Peres, Vannúzia Leal Andrade.
II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III.
Título.

CDU: 159.922.76-056.49(043)

Esta Dissertação foi submetida à banca examinadora:

Prof. Dra: Vannuzia Leal Andrade Peres
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Presidente da banca.

Prof. Dra Maria do Rosário Silva Resende
Universidade Federal de Goiás UFG
Membro convidado externo

Prof. Dra Kátya Alexandrina Matos Barreto Motta
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro convidado interno

Prof. Dra Teresa Cristina Barbo Siqueira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro Suplente

Dedicatória

Dedico este estudo à criança que vivencia o divórcio/litígio dos pais, pela sua guarda, a qual justifica a realização desse trabalho.

CASAIS SE SEPARAM – PAIS E FILHOS SÃO PARA SEMPRE

Verônica A. Motta Cesar-Ferreira

É possível que eu já não te queria mais,

Como você a mim. Não é o que importa.

Dá dor e dói, mas a dor se suporta,

Nem que seja preciso analgizar.

É possível que apenas um de nós

Não queira ao outro e isso inda é mais triste,

Deixando num dos dois a frustração,

No outro, um fogo fátuo de alívio,

Pelo desmoronar do duplo sonho.

O que não é possível é que nos acusemos,

Que nos apontemos, dedo em riste,

Que nos fulminemos com o alhar,

Esquecendo tudo o que de bom já houve.

O que não é possível é que nos destruamos,

A nós, que, em outros tempos, nos amamos,

E cada qual, a si, p'ra ver o outro morto,

Desmerecendo os braços que, um dia, foram um porto,

Jogando pelo ar tudo o que construímos.

E construímos mais que sonhos, nessa estrada,

Transportamos amor por esses trilhos,

Deixamos marcas, por onde passamos,

E a mais viva delas são os nossos filhos.
Que continuarão nossos, vida toda,
Precisando de nós, em cada idade,
Como seu nome e bússola, rumo à felicidade,
Sua rosa-dos-ventos, o seu cais.
Seremos pai e mãe por todo o sempre,
Mesmo entrando p'ro rol dos ex-casais.
Isso nada nos tirará, nem mesmo a morte,
Relação eterna e sem corte,
Que a nossos filhos só beneficiará.
Se fomos meios de procriação,
Que na criação sejamos timoneiros,
Guiando com firmeza, a quatro mãos,
O barco da vida de nossos herdeiros.
E até que, sós, o possam conduzir,
E, para sempre, em evento, idade ou estado,
Possamos nós, ainda que ex-casal,
Enquanto pais, andarmos, lado a lado.

Resumo

A presente dissertação é resultado do desenvolvimento de um subprojeto vinculado ao projeto guarda-chuva - Família, Subjetividade e Desenvolvimento Humano. A linha de pesquisa foi a Psicopatologia Clínica e Psicologia da Saúde do Programa de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – GO). O tema do subprojeto é A Afetividade da Criança no Litígio dos Pais, na perspectiva do Desenvolvimento Humano, mediante o método qualitativo e princípios da epistemologia qualitativa. O objetivo geral foi analisar e compreender qualitativamente alguns aspectos da afetividade da criança à luz de teorias do desenvolvimento humano e definições da teoria da subjetividade. O objetivo específico foi construir, descrever e analisar categorias relacionadas à afetividade da criança no litígio dos pais. O campo de pesquisa foi o projeto Justiça Educativa de Famílias, oriundo do projeto guarda-chuva supracitado. Nele se trabalha com grupos de famílias ou “grupos interfamiliares”, encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio do II Centro Judiciário de Conflitos e cidadania, com o objetivo de desafiar as famílias, por meio do diálogo e da reflexão, a gerarem novos sentidos subjetivos em relação ao litígio e a se desenvolverem. Os sujeitos participantes do subprojeto tinham idades entre 10 a 13 anos. Os critérios de inclusão foram: as crianças aceitarem participar e assinarem o Termo de Assentimento (TA), os pais apresentarem disponibilidade e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo clareza dos possíveis riscos e dos benefícios decorrentes da participação dos filhos. Os instrumentos para a realização da pesquisa foram brincadeiras e jogos de faz de conta. Os resultados da análise das informações mostraram a profundidade da disputa enfrentada pelos pais no processo litigioso e como essa disputa pode afetar o processo histórico cultural de desenvolvimento da afetividade da criança. Em todos os 4 casos, apresentaram-se vários aspectos da afetividade como: choro, raiva, medo e a angústia, entre outros afetos. A angústia, em alguns casos, motivou pensamentos de autoextermínio. Os objetivos foram alcançados, pois foi possível, mediante a construção de categorias, descrever e analisar esses aspectos qualitativos da afetividade da criança no litígio dos pais, como indicadores de que causam intenso sofrimento e que nem sempre a criança é devidamente acolhida. Esses resultados mostram que há necessidade de aprofundamento do tema na perspectiva da subjetividade.

Palavras chave: Afetividade; Criança; Litígio; Desenvolvimento Humano.

Abstract

The present dissertation is the result of the development of a subproject linked to the umbrella project: Family, Subjectivity and Human Development. The research line was the Clinical Psychopathology and Health Psychology of the Master's Program from the Pontifical Catholic University of Goiás (PUC - GO). The theme of the subproject is The Affectivity of Children in Parents' Divorce Litigation, from the perspective of Human Development, through the qualitative method and the principles of qualitative epistemology. The general objective was to analyse and to qualitatively understand some aspects of the affectivity of a child in light of human development theories as well as the subjectivity theory definitions. The specific objective was to construct, describe and analyse categories related to the affectivity of a child in parents' divorce litigation. The research field was the Educative Justice of Families project (Justiça Educativa de Famílias), originated from the umbrella project mentioned previously. They work with groups of families called "grupos interfamiliares" sent by the Court of Justice of the State of Goiás, through the II Judiciary Centre for Conflicts and Citizenship, with the aim of challenging these families, through dialogue and reflection, to generate new subjective meanings about the divorce process and to develop themselves as human beings. The subjects participating in the subproject were between 10 and 13 years old. The inclusion criteria were: the children agree to participate and sign the Term of Agreement (TA), the parents' present availability and signature of the Informed Consent Form (TCLE), having full knowledge of the possible risks and benefits arising from the children's participation in the research. The instruments for conducting the research were games and pretend games. The results from the analysis of the information showed the depth of the dispute faced by parents in the litigious divorce process and how this dispute can affect the historical cultural process of a child's affectivity development. In all four cases, several aspects of affectivity were presented: weeping, anger, fear and anxiety, among other feelings. The anguish, in some cases, motivated suicidal thoughts. The objectives were achieved, as it was possible, through the construction of categories, to describe and analyse these qualitative aspects of a child's affectivity when going through a parent's divorce litigation, as indicators that cause intense suffering and that the child is not always properly cared for. These results show that there is a need for further research on the theme in the perspective of subjectivity.

Keywords: Affectivity; Child; Divorce Litigation; human development.

Agradecimentos

É chegado o momento de conclusão de mais um desafio na minha vida e me sinto extremamente realizada por ter alcançado meu objetivo. Parando para pensar, não foi fácil, momentos desafiantes, em que se fizeram valer a força de vontade e a determinação de chegar ao fim; muitas experiências que me proporcionaram crescimento que levo para a vida toda.

Diante disso, não poderia começar meus agradecimentos diferente, pois a Pessoa que me sustenta com vida, saúde e lucidez é o meu Deus Trino, a quem amo e venero acima de tudo, a Ele tributo honra e louvor. Agradeço ao meu esposo Joquizan Gonçalves da Silva, às minhas filhas Elisama Gonçalves da Silva e Valkyse Gonçalves da Silva pelo apoio, carinho e compreensão, aos meus pais e a toda minha família, minha base, a quem amo sem limites, por entenderem a minha ausência. Agradeço à professora Dr^a Katia Alexandrina Matos Barreto Motta, a primeira pessoa a quem pedi orientação em relação à realização desse projeto e que me incentivou e me levou a acreditar que seria possível. Agradeço as minhas amigas: Nise Portela Van Der Lindem, pela força, e Eloise Helena, pela parceria nos estudos nesse momento do mestrado.

Agradeço a minha orientadora, professora Dr^a Vannuzia Leal Andrade Peres, um exemplo de psicóloga, humana, acessível e que faz a diferença através de sua profissão. Minha grande admiração! Através da sua orientação, fui desafiada a ver além. Muito obrigada por me aceitar como sua orientanda.

Agradeço às professoras e doutoras Dr^a Maria do Rosário Silva Resende, Thereza Cristina Barbo Siqueira e, mais uma vez, à professora Dr^a Kátia Alexandrina Matos Barreto Motta por aceitarem participar da minha banca de defesa. Minha gratidão e admiração pelo trabalho de cada uma de vocês.

Sumário

Resumo	vii
Abstract	viii
Agradecimentos	ix
Introdução	12
Capítulo I – O Desenvolvimento da Afetividade da Criança.....	16
1.1 Afetividade segundo Henri Wallon.....	16
1.2 A Visão de Lev S. Vigotsky sobre a Afetividade.....	20
1.3 A Afetividade na perspectiva de Jean Piaget	23
1.4 A Afetividade na perspectiva da Teoria de Gonzalez Rey.....	25
1.5 A Teoria da Subjetividade desenvolvida por Gonzalez Rey.....	25
1.6 A importância das emoções na subjetividade de Gonzalez Rey	28
Capítulo II – Família, Divórcio e Litígio	31
2.1 A Família e sua importância no desenvolvimento da Criança	31
2.2 Diferentes Configurações de Família.....	33
2.3 O Divórcio na família com Criança	34
2.4 A Criança no divórcio dos pais.....	36
2.5 O Litígio e suas implicações no desenvolvimento da Criança	38
Objetivo	41
Objetivos Geral.....	41
Objetivo Específico	41
Capítulo III - Método	42
3.1 Princípios do método de Vigotsky.....	42
3.2 Campo de Pesquisa.....	51

3.2.1 Projeto Justiça Educativa de Famílias	51
3.3 Instrumento	52
3.3.1 O Lúdico na construção das informações	52
3.4 Os sujeitos da Pesquisa	55
Participantes	56
Participante A	56
Participante B	56
Participante C	56
Participante D.....	56
3.6 – Procedimentos e Materiais.....	67
Capítulo IV – Resultado/Discussão	58
Capítulo VI – Considerações Finais.....	81
Referências	83
Anexos.....	90

Introdução

Nos últimos tempos, é crescente o número de divórcios na realidade social brasileira como uma forma de solucionar os conflitos entre os casais. O litígio tem emergido desse evento, exigindo o desenvolvimento de conhecimento científico que alcance a realidade desse contexto e as alterações na rede de relações constituída pelo casamento. Assim, faz-se notório e necessário buscar compreender como a criança fruto dessa separação se desenvolve afetivamente.

Segundo Juras e Costa (2011), dado à realidade crescente de divórcio na sociedade e por ser um acontecimento complexo e plurideterminado, a quebra da aliança conjugal tem sido alvo de estudos científicos, pois o divórcio conflituoso (também chamado de divórcio destrutivo) é marcado pelas brigas, que têm como objetivo a manutenção do casamento, a objeção aos cuidados com os filhos e o desejo de desmerecer a imagem do outro e sair vitorioso. Isso pode acarretar na falta de proteção aos filhos em meio aos conflitos dos adultos e ao desarranjo familiar. Nesse evento complexo, as crianças maiores têm o sofrimento intensificado pelo fato de compreenderem melhor o conflito que está acontecendo, contudo não possuem maturidade adequada para lidarem com a separação dos pais.

Segundo Peres (2014), no Brasil a realidade social se mostra fragilizada e as famílias inseridas neste contexto são cada vez mais atingidas direta e indiretamente em suas relações. Dessa forma, o aumento de famílias em litígio é evidente neste momento histórico. Diante de tal realidade, a autora propõe o estudo das famílias vivenciando o processo litigioso.

Nesse contexto, questionam-se: quais têm sido as produções afetivas da criança que vivencia o litígio dos pais pela sua guarda? Qual o impacto da afetividade negativa

vivida no processo litigioso no desenvolvimento da criança? Este estudo se propôs a compreender qualitativamente alguns aspectos da afetividade da criança à luz de teorias do desenvolvimento humano e de definições da teoria da subjetividade; como também construir, descrever e analisar categorias relacionadas à afetividade da criança no litígio dos pais.

O presente subprojeto se fundamentou no pensamento de Vigotsky de construir o método a partir do objeto da pesquisa e nos seguintes princípios da epistemologia qualitativa: “o caráter interativo do processo de produção do conhecimento e a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento”. O campo da pesquisa foi o projeto Guarda-Chuva “Produções subjetivas de Famílias em Litígio pela Guarda dos Filhos: implicações para seu desenvolvimento social”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Vannuzia Leal Andrade Peres. O referido projeto é devidamente cadastrado pela coordenadora na PROPE (CAAE: 0101.0.168.168-10; SIGEP (4481) e na FAPEG. Esse Projeto foi elaborado e desenvolvido pela professora supracitada nos anos de 2009 e 2012 (Peres, 2014). Seu principal desdobramento é o trabalho educativo com famílias - Justiça Educativa de Famílias (Peres, 2013), que se transformou em um campo de pesquisa para alunos da graduação, mestrado e doutorado.

Assim, este subprojeto almejou desenvolver conhecimento sobre a afetividade da Criança no Litígio dos Pais, segundo as perspectivas do desenvolvimento humano (Wallon, 1879/1962; Vigotsky, 2004; Piaget, 1896/1950/1998) e algumas definições da teoria da subjetividade (Gonzalez Rey, 2005). Essas teorias possibilitaram melhor descrever e analisar a expressão da afetividade em cada caso estudado e as peculiaridades de como a criança vivencia a dissolução dos laços familiares e o seu distanciamento da convivência com um dos genitores. O subprojeto foi desenvolvido em dois anos

(compreendendo os anos de 2016 e 2017) e nesta dissertação será apresentada em 6 capítulos.

No primeiro capítulo abordam-se as emoções no desenvolvimento da criança e suas manifestações à luz de teóricos como Henri Wallon, Jean Piaget e Lev S. Vigotsky, e o estudo da afetividade na perspectiva da teoria da subjetividade de Gonzalez Rey. No segundo capítulo, apresentam-se os seguintes temas: a importância do contexto familiar para o desenvolvimento da criança, como suporte para as suas necessidades básicas; o divórcio na família e a criança no divórcio dos pais; o litígio e suas implicações para o desenvolvimento da criança. No terceiro capítulo, aborda-se o método da pesquisa, que foi construído com o intuito de alcançar os objetivos definidos para o subprojeto. No quarto capítulo, apresentam-se os resultados e a discussão sobre categorias construídas no processo da pesquisa. No quinto capítulo apresenta-se as considerações finais.

Capítulo I - A Afetividade No Desenvolvimento Da Criança

O tema desenvolvimento do ser humano compõe uma área de conhecimento da Psicologia, que objetiva compreender o homem em todos os seus aspectos. Autores como Henri Wallon, Jean Piaget e Vigotsky, entre outros, têm papel fundamental no estudo desse tema. A escolha dos autores supracitados para este trabalho, se deu pelo fato dos mesmos enfatizarem a importância da afetividade para o desenvolvimento do ser humano. Leva-se em conta que podem ser considerados pontos em comum nos posicionamentos dos mesmos sobre o tema. Como por exemplo, em Wallon e Vigotsky pode se perceber que ambos assumem uma compreensão desenvolvimentista sobre o aparecimento das emoções. Começando no orgânico seguindo e ganhando complexidade na medida em que a pessoa se desenvolve na cultura e começa a atuar no mundo simbólico, expandindo-se e se tornando ainda mais complexo em suas maneiras de manifestações. Os autores admitem ainda, o caráter social da afetividade e somando-se a Piaget, assumem que a ligação entre a afetividade e inteligência é fundamental para o desenvolvimento do ser humano.

Para enriquecer a pesquisa, utilizou-se também de autores estudiosos de Wallon, Piaget e Vigotsky. Assim especificamente na presente dissertação o foco é na importância do desenvolvimento da afetividade para o desenvolvimento da criança.

1.1 A afetividade segundo Henri Wallon

Wallon (1879/1962/1995), médico e psicólogo francês, formulou sua obra com fundamentos sobre os alicerces do materialismo dialético, sendo profundamente comprometido com o pleno desenvolvimento e humanização do indivíduo

Segundo Almeida (2008), Wallon se posiciona de forma enfática na importância da afetividade para o desenvolvimento da criança. A autora pontua que, para o autor, a

afetividade possui papel importantíssimo no processo de desenvolvimento da personalidade.

Para Almeida (2008, p. 346-347) Wallon define afetividade da seguinte forma:

Conceitualmente, a afetividade deve ser distinguida de suas manifestações, diferenciando-se do sentimento, da paixão, da emoção. Em outras palavras, afetividade é o termo utilizado para identificar um domínio funcional abrangente e, nesse domínio funcional, aparecem diferentes manifestações: desde as primeiras, basicamente orgânicas, até as diferenciadas como as emoções, os sentimentos e as paixões.

Ainda segundo Almeida (2008), Wallon faz uma distinção entre emoção, sentimento, paixão e afetividade, dando ênfase na última, como sendo mais ampla, englobando as três primeiras. No início do desenvolvimento do sujeito, a afetividade é basicamente determinada pelo fator orgânico e depois passa a ter caráter grandemente influenciado pela ação do meio social.

Segundo Wallon (1968/1998), as emoções ocupam papel de mediador. Ele enfatiza a psicogênese da pessoa, isto é, o estudo da gênese dos processos que constituem o psiquismo; compreendendo o desenvolvimento psíquico da criança como base para seus estudos do desenvolvimento humano. O descontínuo é marcado por contradições e conflitos, resultando na maturação orgânica, que também é influenciada pelas condições ambientais. Ele caracteriza o desenvolvimento infantil por estádios ou etapas que correspondem a um conjunto de aptidões ou de caracteres que a criança deve adquirir para ser adulto. Essas etapas estão integradas em um crescimento marcado por conflitos.

Wallon (1879/1962/1995) enfatiza as emoções como as primeiras manifestações de afetividade, as quais são consideradas fator fundamental de interação orgânica, tais como

raiva, medo, tristeza, alegria e os sentimentos profundos, que possuem uma função de grande relevância no relacionamento da criança com o meio.

Almeida (2008, p.348/349) fala sobre as manifestações da afetividade em cada estágio proposto por Wallon:

O estágio impulsivo é marcado pelas expressões/reações generalizadas e indiferenciadas de bem-estar e mal-estar; o estágio emocional pela diferenciação das emoções – as reações ou atitudes de medo, cólera, alegria e tristeza; no estágio personalista e no da adolescência e puberdade, por outro lado, evidenciam-se reações sentimentais e passionais, sendo o sentimento mais marcante neste último estágio.

Para Almeida (2008), de todas as manifestações afetivas, a que mais é enfatizada e explorada por Wallon é a emoção. Ele a apresenta como uma maneira de exteriorização da afetividade, que evoluciona como as outras manifestações diante da força das interações sociais. O equilíbrio afetivo da criança, além de ser influenciado pela escola e pela família, também é suscetível a rixas e ódio desenvolvidos na sociedade. A autora ressalta a importância que se deve ter o meio social para não despertar sentimentos negativos como hostilidade, ciúme e inveja, que não acrescentam benefícios algum para o desenvolvimento da criança. Pois, se a sociedade deseja cidadãos comprometidos uns com os outros e com sentimentos benéficos, deve-se cuidar para despertar cooperação e não rivalidade.

Leite (2012) pontua que, para Wallon, as emoções são manifestações de situações subjetivas acompanhadas de elementos orgânicos, como contrações musculares, viscerais, entre outros. Assim as emoções constituem o primeiro e o mais forte elo entre o indivíduo e as pessoas do ambiente.

Wallon (1879/1962/1995, pp. 160-161) fala do lugar das emoções entre os comportamentos afetivos da seguinte forma:

É de um nível mais baixo (núcleos subcorticais) e de um estágio anterior (primeiro semestre da vida) que procedem as emoções. Situa-las assim, local e cronologicamente, não implica que elas se limitem exclusivamente a um determinado setor funcional e a um certo período da vida. Além de se manifestarem em todas as idades, elas não se produzem sem abalar todo o aparelho psicorgânico. O grau de desenvolvimento ou de complexidade por ele atingido, de acordo com a idade e com o indivíduo, tende mesmo a modificá-las. {...} Função essencialmente plástica e de expressão, as emoções constituem uma formação de origem postural e sua substância fundamental é o tônus muscular. Sua diversidade prende-se à hiper ou à hipotensão do tônus, ao seu livre fluxo em gestos e em ações, ou à sua acumulação sem saída e utilização *in loco* por espasmos.

Desse modo, segundo a teoria de Wallon, pode-se perceber a importância das manifestações da afetividade por meio das emoções; pois para o autor, as emoções incidem em sistemas de atitudes que satisfazem fundamentalmente cada uma a uma definida condição de situação; diversas vezes, é a emoção que dá a cor do real; mas ao contrário, os acontecimentos exteriores têm quase fielmente o poder de desencadeá-la. Assim, as emoções são a manifestação da afetividade.

Dessa maneira, diz Wallon (1879/1962/1995, p. 91):

A sensibilidade da emoção é essencialmente sincrética. Consequentemente, ela aglutina, de maneira relativamente indissolúvel, tudo aquilo que dela pode ter participado, de modo que a mais fortuita das circunstâncias, introduzida na emoção pelos acontecimentos, torna-se apta a representá-la, ou melhor, a provocar a repetição de seus efeitos.

Wallon (1879,1962/1995) versa sobre as diversidades das emoções como: carícias e prazer, alegria, cólera, medo, reações de presença e excitações orgânicas. Pode-se ver que as emoções estão ligadas a tudo que a pessoa pode viver em suas experiências, dentro de suas relações interpessoais e ao meio em que ela se estabelece.

1.2 – A visão de Lev S. Vigotsky sobre a Afetividade

Nesse tópico, comenta-se a visão de Vigotsky em relação à afetividade pautada na maior parte em outros autores que analisaram suas obras.

Na sua obra Teoria das emoções - Estudo Histórico e Psicológico, Vigotsky (2004, p. 16) traz a definição de afetos por Spinoza, que diz: “Entendo por afetos, estados do corpo que aumentam ou diminuem a capacidade desta para a ação, que favorecem ou não a consciência desses estados”.

Segundo Vigotsky (2004), cada alteração que acontece nos órgãos internos, tais como perturbações dos processos digestivos, provoca uma liberação de energia para ser usada por outros órgãos. A circulação do sangue dos órgãos internos é diminuída, para o aumento da atividade dos órgãos que estão continuamente envolvidos no esforço muscular, pulmões, coração, sistema nervoso central. Há um aumento da eliminação da fadiga muscular e mobilização de reservas importantes de glicose. Cada uma dessas mudanças internas fortalece o organismo durante o grande gasto de energias causado pela dor, medo ou raiva. Diante disso, é muito importante compreender que, em um período de grande excitação, o sujeito geralmente sente uma força extraordinária. Essa sensação de repente brota e empurra a pessoa ao mais alto grau de ação; nesse instante, surgem as mais fortes emoções, a excitação e a impressão de forças, liberando a energia armazenada.

De acordo com Toassa (2011), Vigotsky apreende as emoções dentre os tipos de instintos, abordando-as em termos de comportamentos emocionais, de embasamento

hereditário, estritamente ligados às carências orgânica. As condutas emocionais e os instintos, de maneira geral, são igualmente marcados de outro aspecto, o da necessidade, que acomete o comprometimento do organismo na ação. A necessidade implica na regulação do impulso emocional: o experiencial do prazer e o desprazer, indicando que como resposta secundária, a emoção é a convocação ou recusa à ação, sustentando, até nos humanos, sua função de aparelhar os órgãos internos e de regular uma semelhança de estabilização ou desestabilização com o meio. A autora ressalta que Vigotsky chega a postular que as emoções se dividem em inferiores e culturizadas. As inferiores são de caráter biologicamente herdadas e as culturizadas são consideradas superiores por fazerem parte das funções psíquicas que correspondem a uma série de estruturas encefálicas, que agem em conjunto a partir das oportunidades originadas pelo ambiente de dominação do próprio comportamento da pessoa.

Em Vigotsky, Leite (2012, p. 361) pontua que:

As emoções deslocam-se do plano individual, inicialmente biológico, para um plano de função superior e simbólico, de significações e sentidos, atribuídos na/pela cultura. Nesse processo, internalizam-se os significados e sentidos, atribuídos pela cultura e pelo indivíduo aos objetos e funções culturais, a partir das experiências vivenciadas, sendo crucial o papel do outro, como agente mediador entre o sujeito e os objetos culturais.

Assim, pode-se dizer que Vigotsky compreende que todo conteúdo que a pessoa experiência, seja com o outro, seja consigo mesmo, implica em uma relação com o mundo de totalidade afetiva.

Para Machado, Facci & Barroco (2011), de acordo com a teoria Histórico-cultural, a forma de reagir e agir do homem ante os acontecimentos e as pessoas é determinado por emoções e sentimentos. Segundo essas autoras, além do caráter histórico e cultural, as

emoções e os sentimentos ainda estão subordinados à forma de viver da sociedade, da classe social a que a pessoa faz parte e da forma em que esta foi educada. Assim, o homem histórico-cultural e também biologicamente formado se transforma e aprende continuamente no que diz respeito ao seu mundo objetivo, conforme seus recursos que lhes são disponíveis, por meio da mudança da natureza e por meio do trabalho.

Toassa (2011) afirma que Vigotsky realça nove dimensões essenciais, intimamente ligadas ao caráter específico das emoções no campo das funções psíquicas superiores. São elas:

- Sua topografia no organismo como um todo, e no sistema nervoso em particular;
- Sua dinâmica, suas transformações (os conflitos, as contradições e a oposição de sentimentos, além do processo de reagir pelo sentimento);
- Suas propriedades energéticas, impulsivas (de excitação descarga ou consumo; catárticas; de deslocamento com relação à excitação original);
- Seus papéis na atividade, na consciência e na personalidade;
- Suas qualidades vivenciais (angustiantes, intensas, intelectuais, vagas etc.) tendo a fantasia como principal expressão mental;
- A percepção, pela personalidade/consciência, das qualidades do item (e), incluindo sua caracterização linguística;
- Seus diferentes papéis ao longo da ontogênese (e, podemos completar, da história social da humanidade);
- Sua esfera cultural fundadora (sentimentos líricos, poéticos, éticos, cotidianos; e
- Sua regulação voluntária.

A autora supracitada afirma que, para Vigotsky, o ser humano, sendo um animal social e político, é permeado em todas as suas dimensões pelas emoções, que podem desempenhar uma função de figura ou fundo na consciência e no ato e que cada função

mental é conectada uma a outra e às neoformações da personalidade. A arte de compreensão das emoções, no âmago dos sistemas psicológicos, tem ainda relação com sua transposição pela linguagem, em variadas formas discursivas.

Dessa maneira, percebe-se a importância não apenas do caráter biológico, como também da cultura, das relações com o outro e do significado que o próprio sujeito atribui às suas experiências como disparadores de variados tipos de emoções. Segundo Viotto, Ponce e Almeida (2009), um dos conceitos de Vigotsky diz respeito ao caráter mediatizado do psiquismo, em que o indivíduo deve ser entendido na interação com o mundo no qual está inserido.

1.3 - A afetividade na perspectiva de Jean Piaget

Piaget (1896/1950/1998), biólogo e psicólogo suíço, desenvolveu a Epistemologia Genética com o objetivo de conhecer as origens das distintas variedades do conhecimento a partir de suas configurações mais básicas e entender como o ser humano conhece o mundo.

Segundo Taille (1992), com base na teoria Piagetiana, não há muito mistério em relação aos afetos, pois para ele a afetividade é frequentemente explicada como uma energia, como algo que estimula, com um princípio básico permanente: a afetividade é a mola moral motora do ato e a razão está ao seu dispor. O que movimenta a ação da moral autônoma é o sentimento racional, que é o da necessidade. Em Piaget, a moral e o afeto se conjugam em concordância, a pessoa autônoma não é amordaçada e sim livre, porquanto livremente é convencida de que a consideração recíproca é apropriada e autêntica.

Para Almeida (1993), Piaget confere a todos os estágios da inteligência funções imutáveis e permanentes chamadas de aquisição e adequação de ajustamento ao equilíbrio entre apropriação e as acomodações. Ao lado dessas funções, ele destaca as estruturas

mutáveis, que tomam formas diversificadas conforme o desenvolvimento intelectual. Assim, elas são definidas como a maneira de organização da atividade mental sob dois aspectos: Motor (ou intelectual) e afetivo. Logo, elas apresentam dimensões singular e social. Para o autor, a afetividade é intrínseca à inteligência, porém a afetividade exerce função distinta da cognição, pois cada uma tem caráter diferente, apesar de permanecerem indissociáveis no comportamento do indivíduo. No entanto, cada grau de comportamento afetivo deve ter correspondência de forma igual a um adequado tipo de estrutura cognitiva.

Para Souza, Folquitto, Oliveira & Natalo (2008), Piaget afirma que a afetividade interfere no funcionamento da inteligência, ela pode acelerar ou delongar o seu funcionamento. A intensidade do comportamento, numa visão genética, pode ser pensada em um paralelo entre o desenvolvimento afetivo e o cognitivo. Os autores defendem que para Piaget há um quadro de correlação entre o desenvolvimento intelectual e o afetivo, dividido em dois lados pelo processo da obtenção da linguagem. No plano intelectual, possibilita o acesso da inteligência sensório-motora para a inteligência verbal; e, no plano afetivo, o acesso dos sentimentos intrapessoais para os sentimentos interpessoais. O que mais interessa para Piaget no início do desenvolvimento é o desempenho assertivo que pode ser conferido à emoção no decorrer do crescimento da criança.

Assim, vale também considerar o olhar do próximo autor sobre a importância da emoção para a história da pessoa e a constituição do mesmo como sujeito.

1.4. A afetividade na perspectiva de Gonzalez Rey

Fernando Gonzalez Gonzalez Rey (2002; 2005; 2012), psicólogo cubano, desenvolveu a epistemologia qualitativa para o estudo da teoria da subjetividade desenvolvida por ele, com o objetivo de compreender a questão da personalidade como sistema da subjetividade individual. Nesta pesquisa, utilizou-se de alguns princípios da

teoria da subjetividade para descrição, análise e compreensão da afetividade da criança no litígio dos pais.

1.5 A teoria da Subjetividade desenvolvida por Gonzalez Rey

Sobre a subjetividade Gonzalez Rey (2002, pp. 36-37) explica:

A subjetividade é um sistema complexo de significações e sentidos subjetivos produzidos na vida cultural humana, e ela se define ontologicamente como diferente dos elementos sociais, biológicos, ecológicos e de qualquer outro tipo, relacionados entre si no complexo processo de desenvolvimento. Temos definido dois momentos essenciais na constituição da subjetividade – individual e social – os quais se pressupõe de forma recíproca ao longo do desenvolvimento. A subjetividade individual é determinada socialmente, mas não por um determinismo linear externo, do social ao subjetivo, e sim em um processo de constituição que integra de forma simultânea as subjetividades social e individual. O indivíduo é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, se constitui nela.

Assim, Gonzalez Rey (2011) desenvolve a teoria da subjetividade na perspectiva cultural-histórica. Para ele, a subjetividade é delimitada não apenas pelo caráter intrapsíquico individual, mas como produção diferenciada e, ao mesmo tempo, de sentidos subjetivos em dois níveis estreitamente relacionados entre si: o individual e o social. A história é vista nesse prisma não como uma somatória de acontecimentos objetivos, mas como configuração subjetiva individual das experiências do sujeito em espaços sociais concretos.

A subjetividade, de acordo com essa visão cultural-histórica, é definida por Gonzalez Rey (2005) como um conjunto de elementos complexos de significações em constante desenvolvimento, onde estão implicados sentidos subjetivos associado à vida

social do indivíduo. É o processo de tornar-se sujeito, é a construção, por parte do indivíduo ou do grupo, de si mesmo como sujeito. A historicidade dos sistemas dos sentidos subjetivos apresenta-se como momento de atribuição de sentido à ação atual da pessoa e esse instante é estabelecido pela organização subjetiva da personalidade. Contudo, ao mesmo tempo, existe um caráter progressivo da subjetividade, a qual se manifesta na produção atual de sentidos subjetivos no curso das ações da pessoa.

Sendo assim, para Gonzalez Rey (2005), a subjetividade é um sistema em desenvolvimento delimitado não apenas como organização intrapsíquica de forma singular, mas como produção diversa e simultânea de sentidos subjetivos em dois níveis e em dialética entre o individual e o social. A subjetividade, para esse autor, é um conjunto de elementos complexos em desenvolvimento no qual as novas produções de sentido organizado nas atividades do sujeito influenciam o sistema de configuração da personalidade de modo mediato, nos diversos sistemas da atividade e relações do sujeito.

Gonzalez Rey (2002) compreende o sujeito como um ser pensante, que se emociona e de linguagem, assim, emerge o sujeito reflexivo e participativo. A reflexão e a participação são ingredientes essenciais à existência humana.

Ainda sobre a subjetividade Gonzalez Rey (2005, p. 250) esclarece:

Falamos de subjetividade para definir um sistema, uma forma de organização em que os diferentes processos e conteúdo que a integram não se afetam entre si fora da organização geral do sistema. Toda influência externa se integra ao sistema e tem um sentido para ele dentro de sua auto-organização ao integrar processos que não se afetam de forma direta em suas inter-relações, que são relações de sentido nas quais a constituição histórica do sujeito tem valor essencial na configuração das influencias que recebe, as quais nunca atuam de uma condição objetiva suscetível a registros padronizados.

Desse modo, Gonzalez Rey (2005) afirma que a subjetividade individual é uma produção resultante das interações do indivíduo com o social constituído historicamente. Por isso, na origem de toda subjetividade individual, estão as áreas compostas de certa subjetividade social, o que antecipa a organização do sujeito psicológico concreto. Ao ser inserido na vida social, a pessoa vai se tornando sujeito. Contudo, cada pessoa se integra nesse espaço à sua maneira devido a suas diferenças individuais.

Rossato, Martins & Martinez (2014), autores que estudam a teoria da subjetividade, lembram que o sujeito aflora nas tensões dialéticas e dialógicas complexas, tecidas entre as proporções de sua subjetividade individual e a subjetividade gerada no contexto social em suas experiências concretas.

Rossato, Martins & Martinez, (2014, p. 39), pontuam:

O sujeito do pensamento, da processualidade reflexiva, o senhor de sua vontade, de seu desejo, de sua emocionalidade, integra-se em uma mesma estrutura psíquica individual para representar a força de afirmação desse sujeito ativo presente na vida e no mundo. Somente esse sujeito da ação, que se expressa de forma intensa, viva, radical, pode, por meio de sua intencionalidade, romper com as condições estabelecidas historicamente em sua convivência social para transformar e redefinir-se individual e socialmente é o que caracteriza o sujeito na ação, no enfrentamento ou na subversão de uma ordem estabelecida.

Peres (2012) discute sobre o desenvolvimento da afetividade da criança na família, mostrando como esse elemento da subjetividade pode ser acessado e compreendido no processo educativo de famílias em litígio (Peres, 2013). A partir desse campo, esta pesquisa objetivou analisar e compreender os aspectos da afetividade da criança à luz de teorias do desenvolvimento humano e de algumas definições da subjetividade.

Assim, a compreensão de disputas atuais entre genitores, segundo Silva e Capelle (2013), cada vez mais complexas, apresenta exigências de novas possibilidades de pesquisas que tenham como base um pensamento multidimensional capaz de entender a amplitude dos seres humanos. O método qualitativo adequado ao objeto e algumas definições da subjetividade de Gonzalez Rey (2002, 2005) apresentam essa possibilidade, com definições que ampliam o conhecimento da afetividade no desenvolvimento humano.

1.6 A importância das emoções na subjetividade de Gonzalez Rey

Para Gonzalez Rey (2005), a denominação de um homem formado subjetivamente em sua própria história, onde o sentido aparece como registro emocional implicado com os significados e as imposições que vão avançando no decorrer do tempo, faz da categoria sujeito uma peça fundamental para entender os complexos procedimentos de constituição subjetiva e de avanço tanto nos transcurso sociais quanto individuais. O autor afirma que o sujeito é sujeito do pensamento, constituído não apenas de pensamento entendido de forma exclusiva em sua forma cognitiva, mas também como um pensamento compreendido como processo de sentido que age através de situações diversas e conteúdos que trazem a emoção do sujeito.

Sobre a importância das emoções Gonzalez Rey (2005, p. 242) afirma:

A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda ação, ou seja, as emoções estão estreitamente associadas às ações, por meio das quais caracterizam o sujeito no espaço de suas relações sociais entrando assim no cenário da cultura. Ou seja, a emoção é uma dimensão psicológica do sujeito que permite a produção de sentido subjetivos gerados nos momentos das experiências particulares da história pessoal do sujeito.

Para Gonzalez Rey (2005), a elaboração de uma experiência através da linguagem e sua conexão com um pensamento próprio são um dos meios que definem o ser sujeito. Nesse processo, a linguagem se apresenta como um instante de um dos meios de subjetivação pelo qual ganha sentido e, por sua vez, transforma em um novo instante formador das configurações subjetivas, que fazem parte da elucidação de seu sentido subjetivo em um espaço concreto. Assim, a emoção é um requisito permanente na determinação do sujeito, a emoção e a linguagem se exprimem a partir da circunstância emocional de falante e pensante.

Gonzalez Rey (2005, p. 243) continua a destacar a importância da emoção como registros de maior relevância na configuração subjetiva para a constituição da subjetividade humana, afirmando:

O sentido subjetivo da emoção se manifesta pela relação de uma emoção com outras em espaços simbolicamente organizados, dentro dos quais as emoções transitam. Desta unidade entre o simbólico e o emocional, sem que um desses momentos seja “reduzido” ao outro, se define o sentido subjetivo. Mas também as emoções vão entrar em relações complexas no espaço das diferentes ações humanas, que tem lugar em contextos sociais específicos.

Gonzalez Rey (2005) propõe o conceito de subjetividade na perspectiva cultural-histórica e desenvolve a teoria se orientando para uma subjetividade que em todo tempo se apresenta na dialética entre o social e o individual. Seus desdobramentos surgem como mais uma forma de compreender o sujeito em suas relações, onde este é perpassado em suas ações por uma teia de acontecimentos sociais e individuais, emocionais e simbólicos, configurando subjetivamente a subjetividade.

Levando em consideração o que já foi exposto sobre a importância da afetividade para o desenvolvimento do ser humano, se faz necessário levar em conta as condições do

meio em que a pessoa é inserida ao nascer, para compreender os aspectos do seu desenvolvimento. Assim, considerando o tema deste trabalho, aborda-se no capítulo seguinte a família, o divórcio e o litígio.

Capítulo II – Família, Divórcio e Litígio

2.1 A família e sua Importância no Desenvolvimento da Criança

Boarini (2003) diz que o homem é o animal que mais se encontra dependente ao nascer. Não bastasse estar vivo, ele necessita de cuidados básicos, tais como: alimentação, cuidados higiênicos, afago e demais cuidados, que só poderão ser obtidos pelo outro. O primeiro grupo ao qual a pessoa pertence formalmente é chamado de família. Ao nascer, a pessoa é inserida em uma organização social mantida pelas mais diversas necessidades e simbolismos, que a estabelece em contínua e incerta dependência do outro.

Sobre a importância da família como os primeiros contatos do ser humano, Faco e Melchiori (2009) ressaltam que a família concebe o espaço de socialização e de procura coletiva de meios de sobrevivência como um lugar que possibilite o aprendizado da cidadania e o desenvolvimento singular e grupal de seus membros. Isso independe da forma que ela se apresenta em seus arranjos ou novas estruturas. Assim, a família desempenha um papel essencial para a compreensão do ser humano, possuindo um contexto em constante transformação, multideterminado por razões do próprio indivíduo, como também por circunstâncias mais amplas de conjuntura social. Além disso, a família é um sistema organizado e complexo aparelhado em crenças e valores que possibilitam as transformações da sociedade. Portanto, os princípios da família também podem sofrer mudanças à medida em que a sociedade muda.

Para Carvalho & Almeida (2003), a família é uma organização fundamental não apenas para a sobrevivência do ser humano, como também é um lugar que oferece proteção, socialização de seus membros, transmissão da cultura, organização econômica e dependência recíproca entre gerações. Por mais que certos fenômenos levantem questionamentos, a centralidade, o futuro da família na coletividade moderna, seus

encargos e suas funções sociais não demonstram ter perdido importância tanto nos países desenvolvidos, quanto nos subdesenvolvidos.

Assim afirma Winnicott (1896/1971/1999, p. 124):

Começarei, portanto, com um pedido: lembrem-se da criança individual, do processo de desenvolvimento da criança, do desconforto da criança, da necessidade que ela tem de usar a ajuda pessoal, simultaneamente, é claro, à lembrança contínua da importância da família e dos vários grupos escolares e de todos os outros que conduzem ao grupo que chamamos sociedade.

O autor supracitado ressalta a importância de dar atenção à singularidade da criança e às suas necessidades, destacando o papel fundamental da família para o crescimento e o desenvolvimento da criança. Ele também chama a atenção para a importância da família como o primeiro agrupamento mais próximo. Dentro da integração da personalidade, esse primeiro agrupamento é puramente a duplicação da estrutura unitária.

Utilizando a teoria de Moreno, D'Alessandro (1980) diz que o nascimento é um ato partilhado, no qual se somam os esforços do feto e os da mãe, resultando em uma individualização e na aquisição do espaço por um novo ser que, em seguida, insere-se numa nova matriz de identidade. Esta é a placenta social da criança da qual cria-se uma dependência para suprir suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais; e esse grupo social comumente se chama família, que se organiza durante meses para a chegada desse acontecimento. Nesse espaço singular, a criança se desenvolve em uma relação vivencial que lhe possibilita incorporar, a princípio, os atributos grupais e assimilar, assim, os modelos do seu meio. Cada membro da família desempenha seu papel, pelo qual se transmite herança cultural ao novo membro, que é preparado para ser inserido na sociedade.

2.2 Diferentes Configurações de Família

Para Oliveira (2009), podem ser verificadas as mudanças radicais acontecidas com o início da industrialização, da urbanização e do crescimento da economia, afetando a dinâmica da família. Embora tenham ocorrido transformações sociais, a nova instituição familiar guarda traços típicos da família anterior nas relações de consanguinidade e nos desenhos de tais relações. A composição dessa estrutura também tem sofrido mudanças e as novas configurações têm levado a novas formas de se comportar socialmente, o que, por sua vez, têm gerado um intenso impacto na construção da identidade. Isso se reflete nas relações sociais, retornando à família. No Brasil, essas novas construções desafiam os profissionais que trabalham com famílias e a própria família a buscarem novas maneiras de compreender tais mudanças.

Desse modo, segundo Morgado, Dias & Paixão (2013), faz-se necessário compreender as modificações que estão acontecendo na estrutura familiar, pois tais mudanças podem ter implicações no desenvolvimento e na socialização de crianças e adolescentes. De igual modo, é necessário também entender os aspectos da qualidade das relações pais e filhos enquanto agentes de mediação do eventual choque dessas mudanças estruturais no desenvolvimento dos filhos.

Assim afirma Oliveira (2009, p. 70):

Em meio a tantas diversidades de pessoas que compõem essa nova família, precisamos refletir sobre a maneira que tais componentes estão se sentindo diante dessa nova situação, desse novo mundo que vivencia dessa nova maneira de ser família. As temáticas sobre a família contemporânea podem nos levar por diferentes realidades em transformações, e por questões complexas, pois geralmente temos uma família ou um modelo familiar internalizado.

Conforme a autora pontua, compreender como os componentes da família hodierna se sentem diante das novas configurações é importante para entender as mudanças, os pormenores e a singularidade dentro de um contexto familiar que pode ser tão vasto.

Para Carmo (2007), a família e sua função estão sendo reconfiguradas conforme as pessoas se relacionam com os múltiplos contextos, nos quais a família se forma e é estabelecida. Não existe mais apenas a família tradicional, com pais, mães e filhos. Existem diferentes desenhos de famílias, com apenas um genitor, mães solteiras, pais solteiros, homossexuais com filhos etc. Diante dessa variedade de configurações, é necessário estudar o que está sendo gerado no contexto familiar, procurando compreender até aonde elas têm conseguido conservar sua singularidade como família.

Observa-se, então, um aumento das mudanças na estrutura familiar no decorrer do tempo. Aumentaram-se consideravelmente também os divórcios e, conseqüentemente, os litígios.

2.3. O divórcio na família com criança

Compreende-se por divórcio o final de um relacionamento matrimonial, permeado por diversos sentimentos e emoções que atravessam os cônjuges e os filhos. Para Raposo *et al.* (2011), o divórcio é um evento desgastante que pode gerar estresse para toda a família, especificamente porque está envolvido em uma série de mudanças e adaptações na vida dos pais e das crianças. Semelhante às outras situações familiares estressantes, o divórcio favorece o aumento do mal-estar psicológico entre as pessoas envolvidas. Segundo o autor, crianças de pais divorciados, quando comparados a crianças de famílias não separadas, apresentam piores indicadores de bem-estar, menor rendimento escolar, pior ajustamento psicológico e social e comprometimento na relação com o pai e a mãe. O autor afirma que a dissolução conjugal é um estressor que afeta e desorganiza as práticas

parentais, traz insegurança econômica à família e fatores de vulnerabilidade social, biológica, interpessoal, como também aumenta a possibilidade de insegurança emocional na criança. Reações corriqueiras podem ser traduzidas em problemas de saúde física e psicológica na presença de tais vulnerabilidades.

Melo e Miccione (2014) também mencionam o impacto do divórcio na família, salientando que para algumas crianças o divórcio dos pais representa um acontecimento terrível, no qual experimentam medo do abandono. Para outras crianças, representa alívio, pois é o fim dos conflitos dos pais vivenciado por elas. Para os pais divorciados, fica o desafio de agirem de maneira mais favorável aos filhos, mesmo estando vivendo momentos de mágoas e frustrações com o ex-cônjuge, uma vez que o divórcio pode afetar o desenvolvimento da criança e a tornar vulnerável ao rancor, irritabilidade, brigas, medos, dores de cabeça, dores no estômago, alergias e patologia como ansiedade. Desse modo, a autora relata o evento do divórcio como o período de maior turbulência em um conflito familiar.

Costa *et al.* (2015) ressaltam que o divórcio é um processo e uma ação complexa e que, na maioria dos casos, toda a família é atingida, particularmente os filhos. As crianças tendem a se sentirem fragilizadas, inseguras quando necessitam decidir com qual guardião ficar, sentem sentimento de culpa e de abandono e, de forma geral, são gerados fatores que podem interferir em seu desenvolvimento biopsicossocial. Na dissolução dos vínculos conjugais, na maioria dos casos, os filhos são colocados como objetos de disputa e vivenciam brigas que, por ventura, acontecem no seio da família e que podem levá-los a entrar em conflitos.

Brito (2007) chama a atenção para o alarmante e crescente número de divórcios em diferentes países e o contraste com o diminuído número de pesquisa qualitativa sobre o tema. Para a autora, no Brasil há um aumento da divulgação sobre a assertividade de casais

que resolvem se separar, argumentando que, quando os pais estão mais felizes, os filhos também estarão, pois não teriam que ficar expostos ao conflito dos pais. Contudo, em muitas situações, essa realidade não se confirma, pois, na medida que ocorre, o rompimento conjugal ocasiona experiências diversas, tanto para os pais quanto para os filhos. Portanto, esse processo não deve ser avaliado de forma padronizada. Com a separação dos genitores, podem surgir diversas dificuldades de nova ordem que vão repercutir na vida dos filhos a longo prazo.

Segundo Morgado, Dias & Paixão (2013), o divórcio é uma maneira radical de mudança do sistema familiar na sequência de uma situação de crise em que a família não alcança meios de resolvê-la. A ocorrência do divórcio é uma continuidade de acontecimentos que resultam em uma mudança na vida dos pais e dos filhos num ambiente de crise, o que, geralmente, pode levar anos para se estabilizar. Para as crianças, é importante a maneira como os pais serão capazes de conduzir as dificuldades que se instalam na convivência com o cônjuge antes e depois da separação. É necessário, portanto, não deixar de ver que, numa circunstância de divórcio ou separação, cada criança ou adolescente responde de forma diferente, podendo, em alguns casos, perceber um impacto relevante no seu desenvolvimento sócio emocional, enquanto que outros podem não sofrer efeitos tão significativos.

2.4 A criança no divórcio dos pais

Segundo Winnicott (1896/1971/1999), muito se tem escrito sobre a criança e a família, porém, ultimamente, tem acontecido uma renovação na visão e nas diretrizes de forma tal que o foco agora não é mais dado ao indivíduo, mas à família; tem se planejado modificar o modelo do serviço social de modo a se ponderar a família como centro e a criança como parte da família. O autor se mostra receoso quanto à ênfase exagerada no

enfoque das dificuldades humanas grupais, a exemplo da família e de outros grupos, como maneira de fugir do estudo do indivíduo, seja criança, adolescente ou adulto. Embora a criança, em seu desenvolvimento, a despeito de suas necessidades e desconfortos, possua uma capacidade pessoal, é inegável que ela necessita simultaneamente da ajuda da família e de vários grupos na sociedade. Logo, a criança deve ser considerada tanto no contexto social em que vive, na família por exemplo, quanto em sua singularidade.

Schabbel (2005) ressalta que o processo de separação dos pais leva a criança a vivenciar o medo e as consequências negativas de um lar desfeito. No Brasil não se pode calcular o número de crianças vivenciando o divórcio dos pais. Tanto essas crianças quanto os pais que se separam vivem momentos sombrios e delicados. Para o autor, o divórcio legitima um estado de desavenças entre um casal e põe fim a um clima de discórdias, permitindo aos recém-divorciados formarem novas estruturas domésticas de relacionamentos entre pais e filhos. Para as crianças, no início, essa situação representa um mistério que não pode deixar de ser esclarecido. Para tanto, os responsáveis devem explicar o processo que estão enfrentando, enfatizando que elas (as crianças) também estão inseridas. Quando o conflito tende a ser duradouro entre os cônjuges, podem ocorrer problemas de ajustamento para todos os envolvidos, inclusive para a criança.

Melo & Miccione (2014) destaca que o divórcio traz um cenário de receio e insegurança em relação ao novo mundo que os envolvidos terão que enfrentar. O turbilhão de emoções que atinge a vida dos envolvidos os deixa ainda mais tensos. Por conseguinte, o divórcio se torna um evento traumático para as crianças, que, embora muitas vezes não compreendem completamente a complexidade implicadas no processo, não deixam de ser sensíveis e atentas ao ambiente familiar no qual elas estão inseridas.

Vilas Boas e Silva (2009) observaram que há uma maior dificuldade dos filhos menores em relação ao divórcio dos pais. Os filhos se sentem com pouca previsão sobre

eventos do dia a dia em virtude das mudanças na rotina e no relacionamento familiar. Além disso, o autor constatou que os filhos se sentem com dificuldades de enfrentar as mudanças e as separações dos avós maternos ou paternos e, até de amigos.

Atenta a essas mudanças que a separação conjugal e o litígio pela guarda dos filhos produzem no relacionamento familiar, Peres (2013) desenvolveu um estudo de intervenção com pais e filhos após separação, para compreender quais sentidos subjetivos estão sendo produzidos no litígio e tentar acessar o complexo processo, a subjetividade particular do sujeito envolvido no difícil processo de desenvolvimento da sociedade; objetivando levar o indivíduo a se tornar sujeito do modo de construção do conhecimento sobre o complexo enredo que constitui o litígio.

2.5. O litígio e suas implicações no desenvolvimento da criança

Segundo Costa *et al.* (2015), a palavra “guarda” é derivada do germânico *wardon*, “estar em guarda”, assim “guarda” é abrigar, cobrir, acolher e agasalhar. A criança fica sob poder do guardião, sendo parente ou não, até chegar a maior idade. O art. 33 do (Estatuto da Criança e do Adolescente ECA) diz que é obrigação do guardião proporcionar total assistência à criança.

Para Costa *et al.* (2015), quando não há acordo nesta conjuntura, é importante que os profissionais que estão participando do processo observem a criança, pois esse contexto pode ser gerador de graves sequelas biopsicossocial. Diante do aumento de disputas de guarda de filhos, o litígio proveniente de processo de separação torna necessária a atuação de vários profissionais e em específico o Psicólogo, pois tal processo pode acarretar em intensos transtornos psicológicos na criança.

Segundo Souza (2000), a saúde mental e emocional da criança está ligada ao bem-estar dos pais e à qualidade do relacionamento entre ambos. Então, se a relação do casal

não está bem ajustada, a saúde da criança estará em risco. A situação se torna pior quando acontece o fim do relacionamento, dessa forma o desenvolvimento biopsicossocial pode ser comprometido.

Eymann *et al.* (2009) lembram que o divórcio está se tornando cada vez mais predominante em nossa sociedade, atingindo de maneira considerável todos os envolvidos, especialmente as crianças. O divórcio dos pais é muitas vezes o grande acontecimento de mudança na vida da criança. Em alguns estudos relatados por este autor, é pontuado que, quando a criança está vivenciando essa experiência, ela pode apresentar distúrbios em seu desenvolvimento e comportamento, existindo uma relação direta entre a separação parental e a saúde física e psicossocial da criança.

Já Bonoto (2013) esclarece que o divórcio acontece de maneira diferenciada em cada família, apresentando maior ou menor choque emocional nas pessoas envolvidas dependendo de vários fatores, tais como: econômicos, sociais, culturais, religiosos, além de pontos de apoio que podem se constituir ou não. Porém, a autora convida o leitor a se imaginar no lugar de uma criança que vivencia o processo de divórcio dos pais – estar no meio de uma disputa entre as duas pessoas que são referências em sua vida – e a entender que aqueles que você tanto ama e deseja que vivam juntos eternamente e ao seu lado estão agora em um pé de guerra e em conflito judicial. Pois bem, esse processo de conflito judicial dos pais agrega diversos desafios e diversos tipos de emoções para a adaptação das crianças e aos novos modos de vida.

Para Bonoto (2013), hodiernamente, não levando em conta o tipo de casamento, formal ou não, os casais se relacionam, vivem juntos, têm filhos e se separam. Quando o casal que formaliza a união deixa de morar junto como marido e mulher, acontece a separação sem recorrer ao judiciário. Já o divórcio é a oficialização legal dos laços do casamento que deixa ambos livres para adquirir novos matrimônios. Seja o divórcio ou a

separação, esse processo é considerado como uma crise transicional de maior complexidade que altera as tarefas a serem desenvolvidas especificamente no momento e o ciclo familiar, originando uma cadeia de ajustamentos para todos aqueles que fazem parte da família em todos os níveis geracionais.

Assim afirma Bonoto (2013, p. 23):

A legislação sobre a separação e divórcio já passou por uma série de alterações; a última ocorreu com a publicação da Emenda constitucional 66, de 13 de julho de 2000, que permite que os casais se divorciem sem a necessidade de separação prévia.

Para Bonoto (2013), as separações que se estendem por longos processos judiciais tendem a ter os filhos como objeto de disputa, o litígio, ocasionando demandas difíceis para as decisões dos magistrados. “O novo código civil, promulgado em janeiro de 2002, prevê que deterá a guarda dos filhos aquele que tiver melhores condições de fazê-lo” (Bonoto 2013, p. 26). Dessa forma, torna-se frequente que juízes peçam auxílio ao profissional psicólogo com o propósito de ajudá-los nas tomadas de decisões.

Duarte (2009) salienta que, nos processos de litígio familiar, defronta-se com as mais diversas reações do casal, singularmente do mesmo modo estão em jogo os filhos provenientes dessa união com seus anseios, pretensões e fantasias. Como os pais desejam sair vencedores, em geral não se preocupam com as armas desse confronto. E é nesse jogo de forças que se encontra a criança. Os filhos do casal terminam se tornando armas das batalhas enredadas pelos pais.

Duarte (2009) defende que a desilusão e o sofrimento que surgem durante o processo oportunizam aos ex-conviventes e seus filhos a reagirem subjetivamente de diferentes formas, se enfrentando, se negando ou fugindo de uma realidade que se mostra muito dolorosa. Tais processos podem se mostrar mais complexos nos casos em que a

justiça aplica leis que beneficiam uma das partes e trazem prejuízos para a outra, principalmente para a criança inserida no litígio familiar. Dessa forma, são computados não apenas subtração dos bens materiais, como também supressão na esfera emocional e afetiva.

Objetivos

Objetivo Geral

1. Analisar e compreender qualitativamente os aspectos da afetividade da criança à luz de teorias do desenvolvimento humano e definições da subjetividade.

Objetivo específico

1. Construir categorias relacionadas à afetividade da criança no litígio dos pais e descrever como esta se expressa na brincadeira e no jogo de faz de conta.

Capítulo III - Método

3.1 Princípios do método de Vigotsky

Partiu-se do estudo de Vigotsky (1983/1995/2000) sobre a questão do método na investigação psicológica, para delinear os princípios que fundamentam este trabalho de pesquisa. Analisaram-se casos múltiplos da afetividade da criança no litígio dos pais pela sua guarda.

Para Vigotsky (1983/1995/2000), em geral, uma nova investigação de um problema científico, obrigatoriamente, começa pela elaboração do método. O objetivo e o método caminham juntos, assim sendo, a investigação adquire uma forma e um curso totalmente novos, apropriados ao novo problema. Nesse caso, a investigação se distingue de modo considerável das formas em que o estudo meramente aplica às novas áreas os métodos já elaborados e constituídos pela ciência. A busca e a elaboração do método se constituem em uma tarefa de maior importância no processo de investigação. Logo, entende-se que, para o autor, faz-se necessário começar abordando a fundamentação principal do método proposto e sua relação com outros métodos de investigação da Psicologia.

Vigotsky (1983/1995/2000) afirma que todos os métodos psicológicos utilizados nas investigações experimentais estão organizados sobre um princípio esquemático de estímulo-resposta. Por mais específico e complexo que seja a forma de estrutura e de experimento psicológico, não é difícil encontrar a chamada base universal, ainda que os temas e procedimentos utilizados pelo pesquisador sejam variados. Trata-se sempre de estímulo-resposta, tendo como base geral a psicofísica e a psicofisiologia. Os autores dessa

base universal, comumente, a consideram uma conquista especial da psicologia objetiva sobre o método subjetivo da psicologia empírica.

Assim afirmou Vigostsky (1896/1934/2007, p.59):

Com isso queremos dizer que, independentemente do processo psicológico em discussão, o psicólogo procura confrontar o sujeito com algum tipo de situação-estímulo planejada para influenciá-lo de determinada maneira e, então examinar e analisar a(s) resposta(s) eliciada(s) por aquela situação estimuladora. Afinal de contas, a verdadeira essência da experimentação é evocar o fenômeno em estudo de uma maneira artificial (e, portanto, controlável) e estudar as variações nas respostas que ocorrem, em relação às várias mudanças nos estímulos.

O autor segue dizendo que Pavlov fez uso da noção de excitação cortical, induzida por variados estímulos, para esclarecer as vinculações cerebrais que levam o órgão a ser capaz de aprender a responder a estímulos até o momento neutro. Não parece tão óbvio que precisamente essa mesma estrutura seja aplicada à psicologia introspectiva, visto que, nesse episódio, estrutura e teoria não parecem casar. Contudo, adotando Wundt, para exemplificar, pode ser observado que a base estímulo-resposta é o que oferece o todo no qual o pesquisador experimental pode alcançar o detalhamento do experimento que ele pensa ter sido eliciado pelos estímulos. Essa base simples de experimentação psicológica, assim como é exercida por Wundt, sugere insuficiência em sua aplicação ao estudo das funções superiores. Essa forma de experimentação só não seria limitada no caso do estudo das funções elementares com atributos psicofisiológicos. Assim, deve estar explícito que uma base estímulo-resposta para a elaboração de observações experimentais não tem envergadura para servir de estrutura para o estudo das funções superiores.

Pois, a compreensão dos processos psíquicos superiores como estruturas, sem dúvida, possui, em sua gênese, exigências de formas experimentais totalmente novas. Já se têm realizado inúmeros experimentos desse novo formato. Dessa forma:

O emprego de um esquema universal, que abarca e compreende tudo, para todas as etapas da conduta pode levar-nos tão somente ao estabelecimento de uma diversidade puramente quantitativa, a complicar e aumentar os estímulos e as reações do homem em comparação com os animais, mas é incapaz de captar as qualidades novas do comportamento humano. A respeito da sua qualidade podemos dizer com Hegel que algo é o que é, graças à sua qualidade e quando a perde deixa de ser o que é (Vigotsky, 1983/1995/2000, p. 62).

Assim, segundo o autor, existem evidências de que a conduta humana se caracteriza pela peculiaridade qualitativa, comparada à conduta animal em termos de caráter e desenvolvimento histórico do homem. Há um contraste no desenvolvimento humano em relação à adaptação e ao desenvolvimento dos animais. Dessa forma, para o autor, há necessidade de buscar e achar um procedimento novo para o experimento psicológico, pois o método estímulo-resposta é aplicado tanto às formas de conduta inferiores quanto às superiores. Porém, é insuficiente para a investigação das funções superiores e impróprio à sua natureza, já que somente é possível captar o que existe de comum com os processos inferiores e não suas qualidades peculiares.

Vigotsky (1983/1995/2000) busca no desenvolvimento das funções rudimentares a chave para o desenvolvimento do método ao propor a investigação psicológica de algumas formas de conduta como resquício histórico, porém ainda vivo na conduta do homem hodierno. Segundo o autor, o estudo dessas funções é o ponto de partida para o investigador diante do experimento psicológico, haja vista que a perspectiva histórica liga dessa maneira de forma indissolúvel o presente e o passado. Porém, o autor deixa claro que

a investigação das funções rudimentares não pode esclarecer ou levar o investigador a conhecer a estrutura, o caráter de atividades das funções superiores vivas nem o processo do seu desenvolvimento, apenas aponta o caminho. Cabe aos futuros pesquisadores a tarefa de revelar a estrutura e o desenvolvimento da grandiosa diversidade de formas concretas e isoladas da conduta superior com todo o emaranhado real que esses processos possuem e acompanhar o seu movimento histórico real.

Para Vigotsky (1983/1995/2000), as duas funções, as superiores e as rudimentares, são polos extremos de um mesmo princípio de conduta que, considerados em conjunto, originam o eixo histórico de toda a norma de conduta do indivíduo. A conduta só pode ser entendida como história da conduta. Esta é a real concepção dialética em psicologia.

Vigotsky (1896/1934/2007), baseando-se na abordagem materialista dialética da história humana, defende que o homem se diferencia qualitativamente em seu comportamento do comportamento animal na mesma proporção em que se diferenciam na maneira de se adaptarem e se desenvolverem. O autor toma como elemento chave para o método o contraste posto por Engels entre as abordagens naturalística e a dialética para o entendimento da história humana.

Segundo Engels, o naturalismo na análise histórica manifesta-se pela suposição de que somente a natureza afeta os seres humanos e de que somente as condições naturais são os determinantes do desenvolvimento histórico. A abordagem dialética, admitindo a influência da natureza sobre o homem, afirma que o homem, por sua vez, age sobre a natureza e cria, através das mudanças nela provocadas, novas condições naturais para sua existência. Essa posição representa o elemento-chave de nossa abordagem do estudo e interpretação das funções psicológica superiores do homem e serve como base dos novos métodos de experimentação e análise que defendemos. Vigotsky (1896/1934/2007, pp. 62-63).

Segundo Vigotsky (1983/1995/2000), a psicologia histórica é interpretada de forma errônea por muitos, pois interpretam o estudo de algo histórico como um fato passado, porém investigar algo historicamente significa estudá-lo em movimento. Esta é a reivindicação fundamental do método. Propor investigar um fenômeno envolve a investigação de todas as suas fases e mudanças, desde que surge até o seu fim ou do nascimento à morte; isso sugere mostrar sua natureza e conhecer sua essência. Dessa forma, o estudo histórico da conduta não é uma investigação complementar ou um recurso teórico, mas constitui sua base.

Para Vigotsky (1983/1995/2000), o ser humano é possuidor do livre-arbítrio, sendo capaz de pensar, criar e tomar decisões por ele mesmo. Assim, o homem pode criar estímulos artificiais de sinais, significações ou signos e, em especial, o maravilhoso sistema de sinais de linguagem, que produz o seu próprio comportamento. Para o autor, a vida social do homem constitui um novo princípio regulador de conduta, gerador de necessidade sociais e formação, ao mesmo tempo, de sistemas de sinais e meios de ligações que norteiam e ajustam a formação de conexões condicionadas ao cérebro de cada pessoa.

A internalização de formas culturais de comportamentos envolve a construção da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. [...] A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana. Vigotsky (1896/1934/2007, p. 58).

Vigotsky (1896/1934/2007) compreende que toda maneira elementar de se comportar implica em uma forma de reação direcionada à situação problema enfrentada pelo organismo, o que pode ser figurado pela fórmula simples ($S \rightarrow R$). De outro modo, a

base de operações com signos exige um elo mediador entre o estímulo e a resposta. Este elo mediador é um estímulo secundário (signo), inserido no centro da operação, e que ocupa uma função peculiar; ele forma uma nova maneira de relacionamento entre S e R. Além disso, esse signo, tem qualidade fundamental de ação reversa, isto é, ele atua sobre o sujeito e não sobre o ambiente. Logo, o método simples ($S \rightarrow R$) é modificado por uma ação complexa, mediado que mostramos na seguinte forma: Vigotsky (1896/1934/2007, p. 33),

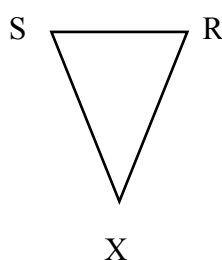


Figura 1

Nesse novo método, segundo Vigotsky (1896/1934/2007), o impulso direto para a reação é dificultado e é acionado um estímulo auxiliar que torna mais fácil o complemento da ação por meios indiretos. Essa é uma maneira básica de formulação para todos os procedimentos psicológicos superiores. Contudo, o elo mediador nessa fórmula não é meramente um processo para acrescentar a eficiência do procedimento preexistente, muito menos concebe um elo a mais na cadeia S – R. À proporção em que esse estímulo auxiliar tem o papel peculiar de ação reversa, ele afere à ação psicológica maneiras qualitativamente novas e superiores, conferindo ao ser humano, com a ajuda de estímulos extrínsecos, dominar seu próprio comportamento.

Segundo Vigotsky (1983/1995/2000), a psicologia investiga formas específicas de comportamento humano ou de regulação de conduta que não podem ser identificadas de maneira simples com a determinação do comportamento animal ou minimizadas a ela. Isso

quer dizer que o antigo ponto de vista é inadequado para o estudo do novo objeto, das maneiras novas superiores do comportamento, pois apenas consegue captar o comum e não o novo princípio que se sobrepõe ao velho. Ou seja, o velho ponto de vista é insuficiente para mostrar satisfatoriamente a estrutura das funções psíquicas superiores.

Vigotsky (1896/1934/2007) propõe, juntamente com os novos métodos que alcançam a investigação das funções superiores de comportamento, uma nova forma de análise que abarca três princípios, formando a base para o estudo dessas funções. O primeiro princípio: “*Analisar processos, e não objetos*”, conduz a diferenciar a análise de um objeto e a análise de um processo, levando em conta que a análise psicológica de processos exige um arranjo ativo dos pontos essenciais que constituem a história dos processos. A psicologia do desenvolvimento, e não a experimental, é que pode fornecer essa abordagem de análise, pois cada um dos processos, tanto o desenvolvimento do pensamento quanto o desenvolvimento do comportamento espontâneo, é um processo dinâmico que se modifica a olhos vistos. O segundo princípio é a “*Explicação versus descrição*”. Na psicologia a simples descrição não deixa claras as analogias dinâmicas-causais autênticas subtendidas do fenômeno. Segundo o autor, K. Lewin faz distinção entre a análise baseada em peculiaridades externas (fenótipos) fenomenológicas e a análise (genótipica), por meio da qual um fenômeno é elucidado baseado em sua origem e não meramente em sua forma aparente. A forma de análise objetiva proposta pelo autor busca revelar a essência dos fenômenos psicológicos, ao invés de suas qualidades perceptíveis. Interessa-se por compreender as verdadeiras ligações entre os estímulos externos e as respostas internas, que são o alicerce das formas superiores de conduta indicadas pelos detalhamentos introspectivos. O terceiro princípio básico é “*O problema do comportamento fossilizado*”. Baseia-se no fato de que, em psicologia, frequentemente, depara-se com processos que se esvaíram no decorrer do tempo, ou seja, são processos que

sobreviveram ao longo de um tempo do desenvolvimento histórico e se fossilizaram. Assim, o pesquisador é compelido a modificar o modo automático, mecânico e fossilizado das configurações superiores de conduta, levando-as a voltar à sua origem por meio do experimento.

Vigotsky (1896/1934/2007, p. 69) afirma:

A procura de um método torna-se um dos problemas mais importantes de todo empreendimento para a compreensão das formas caracteristicamente humanas de atividade psicológica. Nesse caso, o método é, ao mesmo tempo, pré-requisito e produto, o instrumento e o resultado do estudo.

Em resumo, então, o objetivo e os fatores essenciais da análise psicológica são os seguintes: (1) uma análise do processo em oposição a uma análise do objeto; (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa e não descritiva; e (3) uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de determinada estrutura. O resultado do desenvolvimento não será uma estrutura puramente psicológica, como a psicologia descritiva considera ser, nem a simples soma de processos elementares, como considera a psicologia associacionista, e sim uma forma qualitativamente nova que aparece no processo de desenvolvimento.

O presente subprojeto, portanto, desenvolveu-se com base nos aportes teóricos de Vigotsky para a construção do método e levou em conta dois princípios da epistemologia qualitativa de Gonzalez Rey (2005), o primeiro deles é “o caráter interativo do processo de produção do conhecimento”. Durante o processo de pesquisa, o relacionamento entre o pesquisador e pesquisado foi o principal palco da produção do conhecimento. Esse processo foi de suma importância para a construção das informações. Ao considerar a

condição de interação no desenvolvimento de construção do conhecimento, compreende-se o caráter interativo como processo que apreende os imprevistos de toda forma de comunicação humana. O outro princípio foi a “*significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento*”. Sob essa concepção qualitativa, o conhecimento científico não é genuíno pela quantidade de participantes a serem estudados, mas pela qualidade de sua expressão. A singularidade se forma como realidade particularizada na história da formação subjetiva do sujeito. Assim, foram realizados quatro estudos de caso, em que se observou a singularidade de cada um para a construção do conhecimento sobre o tema em questão. A análise das informações foi baseada nas teorias do desenvolvimento descritas anteriormente e em toda literatura a respeito do tema em questão: A afetividade da Criança no Litígio dos Pais.

Peres (2014) enfatiza que a criatividade do pesquisador é imprescindível para o estudo da subjetividade na família. Segundo a autora, a forma como cada membro constrói e interpreta o problema construído e evidenciado é singular, exigindo que o pesquisador seja criativo, ativo e que seja capaz de elaborar um espaço social que abarque reflexão sobre o seu modo de constituição e manutenção. Para isso, enfatiza a autora, é esperado que o pesquisador se debruce e se aprofunde sobre o conhecimento da complexa teoria da subjetividade.

Gonzalez Rey (2012, p. 13) ressalta a importância da comunicação: “A ênfase na comunicação como princípio epistemológico está centrada no fato de que uma grande parte dos problemas sociais e humanos se expressa, de modo geral, na comunicação das pessoas seja direta seja indiretamente”.

Gonzalez Gonzalez Rey (2012), também destaca que a comunicação é o caminho em que os participantes de uma pesquisa se transformam em sujeitos, implicando-se no problema pesquisado, a começar de seus interesses, anseios e contradições. O autor deixa

claro que a Epistemologia Qualitativa oferece uma reflexão aberta e sem amparo *a priori* em relação às exigências e às carências de produção de conhecimento em uma visão qualitativa.

3.2 Campo da Pesquisa

O campo da pesquisa foi o Projeto Justiça Educativa de Famílias, desenvolvido pela Prof^a Dr^a e pesquisadora Vannuzia Leal Andrade Peres, cujo objetivo é educar as famílias, tendo como recurso o diálogo e a reflexão sobre o processo do litígio. O projeto acontece desde agosto de 2013 no Centro de Estudos e Práticas Psicológicas (CEPSI) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC – Go.

3.2.1 Projeto Justiça Educativa de Famílias

A partir do Projeto de pesquisa “Produções Subjetivas de Famílias em Litígio pela Guarda dos Filhos: Implicações para o seu Desenvolvimento Social”, Peres (2013) elaborou o “Projeto Justiça Educativa de Família”, implantado em agosto de 2013 no CEPSI da PUC-GO, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com o objetivo de atender grupos de famílias em litígio pela guarda dos filhos. O projeto de Peres (2013), devido a sua relevância social, mantém-se em pleno atendimento à comunidade.

As informações para o desenvolvimento deste trabalho sobre a afetividade da criança no litígio dos pais foram construídas no processo de atendimento a esses grupos de famílias, o qual foi convertido em campo de pesquisa para alunos de graduação e de pós-graduação.

Para Peres (2013), o objetivo do trabalho com as famílias em litígio é que os ex-cônjuges assumam a constituição do litígio. Partindo da epistemologia Qualitativa e da teoria da subjetividade, a autora propõe que, através do diálogo e da reflexão, cada

litigante seja educado, responsabilize-se pelo problema e encontre formas criativas para a questão, o que resultará no seu próprio bem-estar e também no bem-estar de seus filhos.

3.3 Instrumento

3.3.1 O Lúdico na construção das informações

Buscando-se ampliar o lúdico como um instrumento utilizado nesta pesquisa, não se restringiu a autores da psicologia histórico cultural.

Segundo Rosamilha (1937/1979, p. 3), “o verbete lúdico (adjetivo) significa: referente a, ou que tem o caráter de jogos, brinquedos e divertimentos”. Para a autora, a característica teórica sobre o jogo é a alegria e a satisfação inseridas nessa atividade.

Segundo Grolnick (1993), para o ser humano viver razoavelmente ajustado e feliz, é melhor viver entre a realidade e a fantasia, no mundo “ilusório” e não excessivamente na concretude da realidade dos fatos.

Sobre a palavra brincar Grolnick (1993, p. 43, 44) traz:

No que diz respeito à palavra “ilusão”, ela se origina do latim “ludere” que significa “brincar”. O homem precisa brincar. Parece existir uma capacidade evolutiva, adaptativa e inata para brincar, algo que alguns ousaram chamar de instinto de brincar. O brincar durante a infância e através do ciclo da vida, ajuda a liberar as tensões da vida, prepara-nos para o que é sério e, às vezes o que é fatal (e.g., jogos de guerra), ajuda-nos a definir e a redefinir os limites entre nós e os outros, auxilia-nos na obtenção de um senso de nossa própria identidade pessoal e corporal.

Assim, pode-se observar na proposta do autor que o brincar ou o jogo de faz de conta é uma atividade fundamental na vida da criança como parte de um desenvolvimento saudável e até como forma de enfrentamento de adversidades diversas.

Davis e Wallbreidge (1982) sinaliza que há uma grande necessidade de dar atenção à capacidade de brincar da criança e que, se a criança é capaz de fruir do brinquedo, sozinha ou com outras crianças, não há aspecto de problemas sérios. Se a brincadeira for rica de imaginação e se proceder de prazer de jogos que se subordinam à compreensão exata da realidade externa, então não há necessidade de grande preocupação mesmo que a criança ainda faça xixi na cama, gagueje e dê ataque de raiva.

Para Cardazzo e Vieira (2007), a atividade de brincar é uma ação predominante na infância e tem sido explorada na área científica, com o objetivo de evidenciar as suas propriedades, apontar as suas relações com o desenvolvimento e com a saúde, entre outros propósitos, intervir no curso da educação e de aprendizagem da criança. Em português, a palavra usada para indicar a ação lúdica infantil é identificada pelos verbos brincar e jogar. O brincar indica ação livre não estruturada e os jogos de ação envolvem regras precisamente ditas. O brinquedo tem como função estimular a brincadeira e, mesmo a brincadeira não sendo estruturada, está submetida a regras que norteiam o comportamento da criança. Logo, o brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança.

Cardazzo e Vieira (2007) continuam a dizer que, apesar de as regras virem prontas às crianças, estas têm autonomia e a maleabilidade de aceitar, modificar ou as rejeitar. Pode ser observado no ato de brincar o desenvolvimento emocional e da personalidade da criança, bem como aspectos simbólicos de afabilidade e linguagem.

Segundo Vigotsky (1896/1934/2007), a criança, quando ainda pequena, tende a querer satisfazer seus desejos imediatamente, ela fica mal-humorada, mas também é consolada, acalmada e levada a esquecer seu desejo. Já na idade pré-escolar, surgem os

desejos que não podem ser realizados imediatamente e, para resolver essa tensão, a criança dessa idade entra em um mundo ilusório e imaginário onde os desejos difíceis de serem concretizados podem ser satisfeitos ou realizáveis. Esse mundo ilusório é chamado de brinquedo.

Para Vigotsky (1896/1934/2007), no brincar a criança cria uma zona de desenvolvimento proximal; a criança, ao brincar, sempre vai se comportar além do seu comportamento habitual diário e de sua idade. No brincar, é como se a criança fosse maior do que sua realidade. De forma focada, o brinquedo detém todas as predisposições do desenvolvimento sob forma densa, sendo o próprio brinquedo uma forma de emanar o desenvolvimento.

Para Vigotsky (1896/1934/2007), é notável que na brincadeira a criança comece com uma situação próxima do real. O brinquedo será, na maior parte das vezes, uma lembrança de alguma situação real do contexto da criança e, menos frequentemente, uma situação imaginária nova. Na medida em que a brincadeira acontece, pode ser observado um movimento rumo à efetivação consciente de seu propósito. Vigotsky (1896-1934/2007, p 111) afirma: “O que na vida real passa despercebido pela criança, torna-se uma regra de comportamento no brinquedo”.

Para Winnicott (1975), a brincadeira permite à criança trazer elementos ou fenômenos oriundos da realidade externa e os usar a serviço de alguma amostra oriunda da realidade interna ou pessoal.

Para Vigotsky (1896/1934/2007), o que a criança cria em uma situação imaginária no brinquedo não é algo por acaso, mas uma manifestação paradoxal operada por ela com significado alienado numa situação real.

Uma criança brincando com uma boneca por exemplo, repete quase exatamente o que sua mãe faz com ela. Isso significa que, na situação original, as regras operam

sob uma forma condensada e comprimida. Há muito pouco de imaginário. É uma situação imaginária, mas é compreensível somente à luz de uma situação real que, de fato, tenha acontecido (Vigotsky, 1896/1934/2007, p. 123).

Para Queiroz, Maciel & Branco, (2006), na maioria das sociedades, a fase da infância é marcada pelo brincar. A brincadeira dá oportunidade à criança de descobrir a si mesma, apreender a realidade, capacitando-se a desenvolver seu potencial criativo. Dessa forma, a brincadeira é considerada cada vez mais como uma atividade que vai promover, além do desenvolvimento global das crianças, a interação entre elas, a resolução de conflitos e a construção de um cidadão com capacidade crítica e reflexiva.

Com o objetivo de esclarecer a importância do brincar e o jogo de faz de conta, para a realização desta pesquisa, procurou-se mostrar algumas perspectivas de determinados autores, a fim de ressaltar que é possível alcançar o objetivo de acessar a singularidade, a subjetividade e os aspectos afetivos da criança que está vivenciando o litígio dos pais pela sua guarda na brincadeira ou no jogo de faz de conta.

Nesta pesquisa, foram levantados, através da brincadeira ou do jogo de faz de conta, em um espaço lúdico, indicadores sobre a afetividade da criança no processo do litígio dos pais à luz de alguns aspectos da teoria da subjetividade de Gonzalez Rey (2002).

3.4. Os sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram 04 crianças com idade entre 10 a 13 anos, respectivamente. Elas assinaram o Termo de Assentimento (TA) (anexo 2) e eram filhos de familiares em litígio pelas suas guardas. Seus pais foram encaminhados pela Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para atendimento na clínica escola, Centro de Estudos, Pesquisas e Práticas Psicológicas - CEPSI da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC - GO no Projeto Justiça Educativa de Famílias. Essas famílias

pertenciam a diferentes grupos interfamiliares, compostos por pais participantes deste projeto e que já haviam assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o Projeto Guarda Chuva. (Anexo 3). As sessões são abertas. Cada criança participou de 5 sessões de 2.h00 e 30 min cada sessão.

3.5 Participantes

Participante A: tem 10 anos, filha única da mãe e com uma irmã mais velha por parte de pai. Este já possui uma companheira enquanto a mãe permanece só. A chegou ao projeto Justiça Educativa de Família levada pela mãe e pela avó. A família é religiosa e conservadora. A estava muito assustado e, segundo sua mãe, estava com muito medo.

Participante B: filho único, 11 anos. O pai já contraiu novo matrimônio e a mãe não se casou. B chegou ao projeto Justiça Educativa de Famílias levado pelo pai. A criança foi abandonada pela mãe, que a deixou com 8 meses de idade morando com uma tia para ir viver em outro país. Quando a mãe retornou, o pai entrou em litígio para pedir a participação da genitora na vida da criança.

Participante C: tem 11 anos e um irmão mais velho. É filho de um casal religioso. Ambos os pais ainda não contraíram novos casamentos. C chegou ao projeto Justiça Educativa de Famílias levado pela mãe.

Participante D: tem 13 anos e chegou ao Projeto Justiça Educativa de Famílias levado pela mãe. D está sob guarda da mãe, que já contraiu novo casamento e, desse novo matrimônio, possui uma filha e está grávida novamente de 8 meses.

3.6 Procedimentos e Materiais

Em um primeiro momento, os pais das crianças participantes, encaminhados ao Projeto Justiça Educativa de Família pelas Varas de Família do Tribunal de Justiça do

Estado de Goiás, foram convidados a permitir a participação dos filhos na pesquisa e solicitados a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE (anexo 01), além de já terem assinado os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE (anexo 2), para a participação do Projeto Justiça Educativa de Família. Concomitantemente, as crianças também foram solicitadas a assinarem o termo de Assentimento TA (anexo 3), na presença dos pais.

As informações foram construídas mediante o estudo dos 04 casos escolhidos aleatoriamente entre as crianças participantes do Projeto Justiça Educativa de Família. O grupo de crianças, como o dos adultos, era contínuo, aberto e realizado sem a presença dos genitores, tendo como instrumento a interação lúdica e a conversação entre elas e a pesquisadora.

Foi feito, a descrição das categorias da afetividade e análise imediata, através da conversação e a interação lúdica, (brincadeira e jogo de faz de conta) como instrumentos, envolveram: músicas infantis, história infantil, dramatização, desenhos, jogos, brincadeiras com brinquedos e pinturas. Ressalta-se que a pesquisadora participou durante um ano e meio das sessões, que acontecem semanalmente com as crianças no Projeto Justiça Educativa de Família, e cada sessão possui a duração de 2h e 30 min.

Capítulo IV - Resultados/Discussões

As crianças participantes da pesquisa receberam nomes fictícios e a mestrandia, durante suas intervenções, foi identificada como Pesquisadora.

A fim de analisar e compreender os aspectos afetivos da criança no litígio dos pais, buscou-se responder à seguinte pergunta: como as crianças manifestam no jogo de faz de conta aspectos afetivos que compõem a sua afetividade?

Wallon (1879/1962/1995) defende que as emoções compõem o conjunto de manifestações da afetividade e ressalta que as emoções são as primeiras a se manifestarem como fator fundamental de relação orgânica, como raiva, medo, tristeza, alegria, sentimentos profundos, e têm uma função de extrema relevância na interação da criança com o meio.

A seguir, apresentam-se os estudos de caso com as categorias construídas em cada um deles:

1. A atividade Hipertônica
2. A emoção Choro como um dos aspectos que compõem a afetividade
3. A emoção Medo como um dos aspectos que compõem a afetividade
4. A emoção Tristeza como um dos aspectos que compõem a afetividade
5. A emoção Angústia como um dos aspectos afetivos que compõem a afetividade
6. A emoção Cólera como um dos aspectos afetivos que compõem a afetividade
7. Um quadro alérgico como patologia desencadeada pelos aspectos emocionais como cólera, medo, angústia entre outras, como forma de expressão da afetividade
8. Autoextermínio – o pensamento e o desejo de suicídio como consequências da vivência das emoções negativas que compõem a afetividade no litígio dos pais

9. A emoção Tristeza como um dos aspectos que compõem a afetividade como possível motivação para o autoextermínio

10. O extermínio do outro.

Considera-se que os aspectos afetivos supracitados do 1º ao 8º apareceram de forma geral em todas as crianças. O 1º aspecto afetivo apareceu de forma mais intensa na criança A. O 9º aspecto afetivo apareceu apenas nas crianças C e D o 10º aspecto afetivo especificamente apareceu na criança D.

Criança A

A foi conduzida pela pesquisadora para o consultório lúdico juntamente com outras crianças também participantes do Projeto Justiça Educativa de Família. Aos poucos, A foi ficando à vontade e propôs a brincadeira de escrever e contar histórias. Ela, então, escreve a história de sua família com o título:

A minha família e a minha história.

Eu me chamo A e minha mãe P. Eu e meu pai dava muito bem quando eu era pequena (3 anos), até que chegou um dia que ele mandou minha mãe no cabelereiro para fazer o cabelo. E meu pai batia na minha mãe muito chegou um dia que até ele quebrou a mesa de casa e pegou a tábua de carne de corta carne e falou que ia jogar nela [...].

Nesse primeiro momento, o que chama a atenção em A é a forma corporal enrijecida em que se apresenta enquanto conta sua história. A chora, bate na mesa e articula com as mãos de forma rígida.

Pôde-se perceber em termos de aspecto afetivo:

1. A atividade hipertônica.

Segundo Wallon (1879/1962/1995), existem duas divisões para as emoções, a hiper e a hipostênicas, que se apresentam de maneiras diversas, como através de espasmos,

alegria, tristeza. Assim, o tónus pode ser gasto não apenas em movimentos como da alegria, mas também pode esgotar-se em manifestações tónicas, como no caso de espasmos que, dependendo do grau de tensão ou retenção, podem se exprimir em contentamento insípido, em prazer intenso ou em sofrimento.

Sobre as emoções constituírem uma formação de origem postural, Wallon (1879/1962/1995, p. 161) diz:

As perturbações motoras que surgem com a emoção são: tremor, rigidez ou desfalecimento musculares, incerteza, falta de medida nos gestos; perturbações dos sentidos, da visão, e da audição especialmente, cujo campo estreita-se, obnubila-se e é atravessado por impressões ilusórias ou deformadas

Pode ser percebido na fala do autor que a pessoa perpassada pela emoção pode apresentar variados tipos de reações motoras. Isso se nota, no caso de **A**, em sua falta de medidas nos gestos, perturbações motoras e rigidez. Segundo Souza (2000), é importante que o casal, mesmo em litígio, busque manter um relacionamento amigável, pois a saúde mental e emocional dos filhos depende da qualidade do relacionamento entre ambos.

A continua sua história:

[...] aí continuando a história aí minha mãe foi aí eu fiquei com meu pai e ele me estupro aí minha mãe chego e me achou pelada e foi me banha e quando foi me lava nas partes íntimas aí eu falei para ela que estava machucado aí minha mãe disse:

- Quem fez isso minha filha? Aí eu disse:

- Foi papai,

Aí minha mãe chamou ele e me perguntou de novo quem fez isso? Aí eu disse:

- Foi pai aí ele foi e brincou:

- Cadê nenê do papai? Cadê o dodói? Aí minha mãe foi falar com ele aí ele gritou:

- Está me chamando de estuprador? Aí foi ele bateu na mesa e ameaçou minha mãe e prendeu ela por 5 dias.

A: depois minha mãe conseguiu fugir e me levou no médico, mas não tinha mais sinal, porque já tinha passado 5 dias.

A: Psicóloga me ajuda!

A disse ainda: Por ser muito pequena eu não lembro do que aconteceu, mas a minha mãe disse que foi assim. E eu tenho muito medo.

A dizia insistentemente e chorando: psicóloga, você precisa acreditar em mim, você precisa acreditar em mim! Eu tenho muito medo!

A comentou todo o restante da sua história de família chorando, trêmula e gesticulando com as mãos de forma rígida e dizendo sentir muito medo de seu pai. Era visível que **A** estava debaixo de uma pressão e de um sofrimento muito grande. Duarte (2009) fala do sofrimento e a desilusão que pode emergir durante o processo de litígio e que esse processo oportuniza aos ex-cônjuges e aos seus filhos reagirem subjetivamente de variadas formas, se enfrentando, se negando ou fugindo de uma realidade que se mostra muito dolorosa.

2. A emoção choro como um dos aspectos que compõem a afetividade.

Chorando, **A** comentava sua história e implorava à Pesquisadora para que acreditasse nela. Wallon (1879/1962/1995) comenta que já é sabido por meio de experiências que o choro traz alívio e relaxamento. É uma crise que faz bem e é até aguardado no caso de um sofrimento intenso.

Wallon (1879/1962/1995, p. 74) diz:

Apenas ele pode relaxar o nó que cerra o esôfago e impede a passagem, a garra que aperta o coração e torna o pulso tenso, a câibra que imobiliza a respiração. Com os

soluções, há uma espécie de liberação caótica de forças aprisionadas, depois um abrandamento progressivo das funções e dos membros.

Para o autor supracitado, enquanto o riso é uma maneira de queima do hipertonia dos músculos, o choro é uma forma de esvair o hipertonia das vísceras. Pode-se dizer, diante disso, que o choro é uma emoção que se apresenta como um dos aspectos da afetividade, que, de certa forma, ajuda a aliviar as tensões vivenciadas pela criança no ambiente do litígio. Portanto, faz-se necessário um olhar e uma escuta criteriosos para o choro da criança nesse contexto.

No decorrer da pesquisa, pôde ser percebido que, antes de A entrar para o consultório lúdico, sua mãe se reunia com ela no banheiro e, por alguns minutos, conversava com a filha. Logo, pensa-se na hipótese de que a mãe a orientava a ter cuidado com o que iria falar à pesquisadora e que nem participasse de algumas brincadeiras. Bonoto (2014) lembra que, quando o processo judicial de separação é demorado, os filhos passam a ser objeto de disputa onde a criança é usada pelos cônjuges para atingir um ao outro.

Duarte (2009) chega a pontuar que a criança se encontra no meio de um jogo de disputa entre os pais, que nesse momento se concentram apenas em sair vitoriosos do litígio. E dessa forma, os filhos do casal se tornam armas de batalhas enredadas pelos pais.

As relações no litígio são uma realidade complexa, cheia de uma gama de sofrimentos presentes no dia a dia de todos os envolvidos. Porém, os indicadores são de que os filhos são os mais prejudicados e os que mais sofrem. Portanto, faz-se necessário um olhar minucioso para o grito dos filhos de casal em litígio. Por isso, para Gonzalez Rey (2002), o estudo e a construção de pesquisas, por meio de instrumentos padronizados, não são possíveis.

Assim, Gonzalez Rey (2002, p. 40) esclarece:

O estudo da subjetividade exige entrar nas formas mais complexas de expressão do sujeito e avançar na construção do conhecimento por vias indiretas e/ou implícitas em nosso objeto de estudo.

Em uma outra sessão, **A** estava bem mais leve, sempre sorrindo, muito elétrica, brincou muito com jogo de dama, cara a cara e interagiu com os demais colegas. Em um dado momento, a pesquisadora propôs a realização de uma atividade de pinturas usando tinta guache. **A** se recusou a participar da pintura, dizendo que alguém disse a ela que pintura revela os sentimentos. A educadora perguntou o motivo e **A** respondeu muito diretamente:

Pesquisadora: Por que você acha que pintura revela sentimentos?

A: Não sei, dizem que revela e eu não quero e não gosto de revelar meus sentimentos.

Pesquisadora: Ok, tudo bem, não precisa pintar, pode brincar com qualquer outro brinquedo.

A se sentia à vontade e continuou brincando com diversos brinquedos, como jogo com bolinha de gude, baile de fantasia. Nesta brincadeira, ela optou por usar a máscara do medo.

Em todos os momentos lúdicos, de forma implícita e explícita, **A** demonstrou:

3. A emoção medo como um dos aspectos que compõem a afetividade.

Em uma brincadeira com bola de gude, sentada no chão, junto com a pesquisadora e as demais crianças, **A** joga uma bolinha para cima e a Educadora se desvia para que a bolinha não caísse em seu rosto. Assustada, **A** pergunta para a Pesquisadora:

- Você está com medo!!?

-Sim! Respondeu a pesquisadora, e você não tem medo?

A: assustada pergunta: Medo de quê!?!??

Pesquisadora: De alguma coisa, você tem medo de alguma coisa? Pergunta a Pesquisadora

A responde imediatamente:

[...] tenho medo do meu pai. Não gosto nem de me lembrar que eu preciso receber ele na visita vigiada. Sabe? Vai um guarda junto do meu pai quando ele vai me visitar.

A é tomada o tempo todo pela emoção do medo, nutre um estado constante de vigilância quanto à interação com os colegas e principalmente com a Pesquisadora. Melo e Miccione (2014) ressaltam que o divórcio gera, para os envolvidos, um cenário de medo, insegurança em relação ao futuro e ainda o alvoroço de emoções que os atinge os deixa mais tensos.

Wallon (1879/1962/1995, p. 126, 130-131) diz:

O medo tem sua origem, como todas as emoções, em reações elementares, cujo ponto de partida é uma sensibilidade orgânica. Cada vez mais seus efeitos e motivos se reduzem a uma perturbação do equilíbrio, a uma brusca incerteza sobre a atitude a tomar. [...] o medo deve-se a uma falha no domínio das atitudes e do equilíbrio. Ligado ao jogo das atitudes, o medo é suscetível de apresentar vários graus e várias formas. Sob seu aspecto mais maciço e bruto, corresponde às situações catastróficas que ultrapassam de tal modo nossos recursos motores ou conceituais que qualquer conduta se torna impossível [...]

O autor supracitado deixa claro que, para a pessoa que não tem um ponto de apoio, o esforço de se equilibrar torna-se impossível. A desorganização, portanto, possui algo de absoluto, chega ao limiar da vertigem; o medo tende à eliminação de toda a atividade e ao consumo total do tônus.

A continuou:

[...] Eu sou obrigada, mas eu vou do meu jeito, eu grito, fico nervosa, eu não gosto, me joga no chão. Agora, acrescentou **A**, a gente no colégio, todas as crianças têm os pais que vão buscar elas e a gente nem tem pai... sabe? Minha mãe é meu pai e minha mãe. Sabe? Deveria existir um mundo só de mulheres e um mundo de homens bem distante [...]

A Pesquisadora respondeu:

- Que pena! Deve ser muito chato mesmo seu pai não ir à escola buscá-la.

A disse que estava gostando muito de brincar no projeto e que gostaria que o próximo encontro não fosse o último.

Antony (2009) diz que a criança possui a capacidade criativa para descobrir formas criativas para enfrentar ambientes que a ela sejam hostis, desfavoráveis e sem amor. Assim, **A** de forma criativa e singular, deixou emergir a sua subjetividade quando afirmou que vai à visita vigiada, porém do jeito dela, da forma que ela encontrou para enfrentar o medo de estar com o pai. Ao mesmo tempo, pôde ser percebida na fala de **A** a necessidade que ela sente da presença paterna quando diz que todos os seus coleguinhas da escola têm seus pais para buscá-los, enquanto que ela não pode contar com isso. Então, foi possível notar:

4. A emoção tristeza como um dos aspectos que compõem a afetividade de A.

Para Carvalho e Almeida (2003), a família é um lugar fundamental, pois proporciona segurança, proteção e não apenas sobrevivência para o ser humano.

Assim, diz Winnicott (1979, p. 130):

A criança precisa do pai por causa das suas qualidades positivas e das coisas que o distinguem de outros homens, bem como da vivacidade de que se reveste a sua personalidade. Durante os primeiros tempos de vida, quando as impressões são vívidas, é a época adequada para que a criança trave conhecimento com o pai se

isso for possível. Quando o pai e a mãe aceitam facilmente a responsabilidade pela existência da criança, o cenário fica montado para um bom lar.

Em um outro momento do jogo de faz de conta, durante a brincadeira da máscara, A utilizou-se da máscara da tristeza, enquanto que a pesquisadora usou a máscara da alegria. A pegou a espada e cortou o cabelo da pesquisadora. A pesquisadora olhou seu cabelo cortado no chão e chorou dizendo que estava triste porque seu cabelo estava curto. Depois de alguns segundos, entretanto, a pesquisadora disse que poderia ficar alegre porque seu cabelo iria crescer novamente, deixando claro para A que, em alguns momentos, é normal sentir-se triste, mas que também pode-se achar algum motivo para ficar alegre novamente.

Apesar da tristeza e do medo que A diz sentir e de todo emaranhado que perpassa a relação com pai, fica claro que ela sente necessidade de ter um bom relacionamento com ele. Porém, quando o encontra, A não sabe lidar com as emoções que emergem e cria formas de fugir do genitor. Wallon (1879/1962/1995) enfatiza que as emoções fundamentais se originam nas estimulações orgânicas, mas as implicações das emoções evoluem e se modificam sob a influência da sensibilidade, que as coloca em jogo, e das excitações que o meio social opera sobre essa sensibilidade.

Assim como Wallon enfatiza o contexto social na evolução das emoções, Toassa (2011) comenta que Vigotsky propõe que as emoções se dividem em inferiores, de caráter biológico, e em culturizadas, que são as consideradas superiores, agindo de acordo com o meio social de domínio da pessoa, a partir das experiências vividas pelo indivíduo. A partir desses autores, fica clara a influência das relações da história de A em suas reações emocionais.

No último encontro, A chegou e brincou um pouquinho com cada brinquedo. A pesquisadora percebeu que ela estava inquieta e que os tipos de brincadeiras estavam

muito agressivos. **A** jogava a bola na parede com muita força, batia a espada com muita força e rapidez, chutava a bola, jogava a bola de tênis nos colegas, jogava a bola grande na Pesquisadora com muita força. Então, a educadora perguntou:

-**A** o que você quer fazer com essa espada?

A respondeu

- Te acertar!!!

A educadora pegou uma almofada e disse: Então me acerte!!

A pegou a espada e bateu muito na almofada e depois começou a chutar a almofada. **A** pulava para cima e caía nas almofadas com muita força. A pesquisadora lhe dizia para ter cuidado para não se machucar, mas **A** não se importava e caía de qualquer jeito em cima das almofadas. Depois de brincar, pular, chutar, **A** se sentiu mais calma e foi brincar com o brinquedo cara a cara com um colega até o final da sessão. Quando sinalizado que a sessão havia terminado, **A** se jogou no monte das almofadas, escondendo o rosto e disse que não queria ir embora.

Diante das brincadeiras de **A** e seu comportamento inquieto de agredir os outros e a si mesma pôde ser percebido:

5. A emoção angústia como um dos aspectos que compõem a afetividade.

Wallon (1879/1962/1995) fala que pode acontecer, tanto em crianças quanto em adultos, entre o desespero e o fato de aplicar pena a si mesmo, uma necessidade de diminuir os espasmos da angustia através de uma satisfação violenta de sensibilidade periférica. Assim, pode-se pensar que não é possível medir o quanto a criança que vivencia o litígio dos pais pela sua guarda se sente angustiada, pois a situação de incerteza, o ambiente de brigas, a troca de palavras agressivas entre as duas pessoas que ela mais ama lhe cravam no peito a maior angustia, que em muitos casos se torna insuportável. Dessa forma, além da **angústia**, **A** expressou:

6. A emoção cólera como um dos aspectos que compõem a afetividade.

Assim diz Wallon (1879/1962/1995. p. 123) sobre a cólera:

Excitações de diferentes origens levam à cólera. Ela sobrevém quando seus efeitos tônicos excedem as possibilidades atuais de atividade redutora. A cólera parece mesmo estar essencialmente ligada às relações das pessoas entre si. Quando se volta com furor contra os objetos. Faz parte da natureza da emoção reagir às coisas como se fossem pessoas e reconhecer intenção em cada encontro fortuito ou mecânico de circunstâncias.

As crianças no contexto do litígio são afetadas de forma direta e cada uma tem a sua forma singular e subjetiva de enfrentá-lo. Melo e Miccione (2014) ressaltam que o divórcio gera para os envolvidos um cenário de medo, insegurança em relação ao futuro e ainda o turbilhão de emoções que os atinge e os deixa mais tensos.

Depois dos 5 atendimentos no Projeto Justiça Educativa de Famílias, foi sugerido e franqueado continuidade ao atendimento para **A** na Clínica Escola (CEPSI) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC–GO, porém sua mãe não teve interesse em mantê-la em atendimento.

Criança B

B foi conduzido ao consultório lúdico juntamente com as demais crianças participantes do Projeto Justiça educativa de Famílias. No primeiro encontro, **B** não queria interagir com a Pesquisadora nem com os demais colegas, apresentava as unhas roídas e a mão cheia de bolhas. A pesquisadora propôs a **B** que jogasse com ela o jogo de varetas, **B** aceitou e, durante o jogo, ele foi se soltando e foi ficando mais à vontade.

Em um segundo momento, a Pesquisadora perguntou a **B**:

- **B**, com quem você veio?

B: eu vim com meu pai. Sabia que minha madrasta está grávida da minha irmãzinha que vai chegar?

Pesquisadora:

- Mesmo!? Que legal! Parabéns!!

B sorriu e continuou dizendo:

Minha mãe foi embora quando eu tinha 8 meses, e eu não gosto dela.

Pesquisadora:

_ Você quer falar sobre a sua mãe?

B, já com os olhos cheios de lágrimas, disse:

Não, só isso mesmo! Não gosto dela, acho que ele não deveria ter me deixado para ir para outro país, eu tenho raiva dela, mas pelo menos eu tenho outra mãe, que é a minha tia, dela eu gosto.

Pesquisadora:

-Você já falou isso para sua mãe?

B: Não.

B continuou a brincar e, por sinal, ganhou o jogo de varetas.

Antony (2009) defende que muitas crianças não têm a oportunidade de ter uma infância feliz, protegida e segura. Muitas crianças vivem em lares desfavoráveis, enfrentando hostilidade e ausência de amor. Crianças que enfrentam tais situações precocemente serão adultos com condutas disfuncionais e com dificuldades de manter o equilíbrio emocional. Porém, a criança possui uma capacidade de descobrir formas criativas para enfrentar ambientes hostis, estressantes ou negligentes. Diante de um pai agressivo, por exemplo, a criança pode desenvolver um quadro de fobia específica como forma de enfrentamento da situação. Uma criança saudável se deixa ser conduzida pela sabedoria do seu organismo. Porém, nem sempre a criança consegue se equilibrar dentro

dessa sabedoria, e, nesse momento, a doença se constitui como a quebra de sua capacidade de oferecer respostas criativas a situações de conflito.

Foi percebido no decorrer da construção das informações:

7. Um quadro alérgico como uma patologia desencadeada pelos aspectos emocionais como cólera, medo, angústia entre outras, como forma de expressão da afetividade de B.

Analisando esse aspecto na perspectiva de Wallon citado por Leite (2012), pode-se dizer que as emoções são manifestações de situações subjetivas combinadas com elementos orgânicos. Provavelmente, essa foi uma forma que **B** encontrou de enfrentar a ausência e o sentimento de abandono.

Assim pontua Wallon (1879/1962/1995, p. 161):

{...} Função essencialmente plástica e de expressão, as emoções constituem uma formação de origem postural e sua substância fundamental é o tônus muscular. Sua diversidade prende-se à hiper ou à hipotensão do tônus, ao seu livre fluxo em gestos e em ações, ou à sua acumulação sem saída e utilização *in loco* por espasmos.

As bolhas alérgicas nas mãos de **B** pressupõem uma hipotensão do tônus em acumulação sem saída e utilização *in loco*. Em outras palavras, é uma maneira particular de **B** demonstrar sua subjetividade ao lidar com o processo de separação e litígio dos pais. A emoção cólera também foi observada como um dos aspectos da Afetividade expressada por **B** no decorrer da pesquisa quando diz:

- Meu pai está aqui porque ele quer que eu vá passar um dia com minha mãe e eu não quero! Eu não gosto dela! Eu tenho raiva dela.

Em uma brincadeira de guerra de almofadas, **B** se expressou com muita fúria. Também, usando a espada e o coleguinha, usando o revólver, brincaram muito,

expressando muita raiva. **B** foi cuidado por uma tia que ele diz amar muito. Depois de um certo tempo, seu pai se casou e o buscou na casa da tia para morar com ele e a madrasta. Recentemente a mãe chegou do exterior e estava promovendo mais uma mudança na vida de **B**. Este explodiu de raiva através do brinquedo e do jogo de faz de conta. Ele extravasou sua raiva batendo nas almofadas e dando tiros com o revólver de brinquedo. O brincar fez emergir a sua subjetividade diante de toda experiência vivida no contexto familiar e no litígio dos pais.

Para Taille (1992), Piaget pontua que a afetividade é entendida como uma energia que estimula, como a mola motora do ato.

Na última sessão lúdica, **B** brincava com as demais crianças com o jogo de varetas e se expressava com muita alegria por estar ganhando. Enquanto uma das crianças comentava sobre sua mãe, **B** disse:

- Tia sabia que eu vou ao cinema com a minha mãe?

Pesquisadora:

- Verdade!!!? Que maravilha!! Já passou a raiva dela?

B respondeu:

- Jaaa!!! Tô de boaaa agora!! Não tô com raiva mais não!!

Pesquisadora:

- Parabéns **B**!! Que maravilha!! Fico feliz!

B sorriu e continuou a brincar.

É importante dizer que a brincadeira e o jogo de faz de conta, por si só, já são uma intervenção e, em todas as crianças participantes do projeto Justiça Educativa de Famílias, pôde ser notada uma mudança significativa nos comportamentos dos participantes depois de participarem dos 5 encontros lúdicos

Sobre a importância do brincar, Winnicott (1971/1975/1995, p. 83) ressalta:

É bom recordar que o brincar é por si mesmo uma terapia. Conseguir que as crianças possam brincar é em si mesmo uma psicoterapia que possui aplicação imediata e universal, e inclui o estabelecimento de uma atitude social positiva com respeito ao brincar.

De forma bem direta, a cólera foi expressa através da brincadeira ou dos jogos de faz de conta. Através do lúdico, com brinquedos como espada e revolver de plástico, guerra de almofadas e até mesmo em forma de luta corporal, as crianças expressaram essa emoção como um dos aspectos afetivos durante toda a pesquisa. Assim, como os demais aspectos afetivos, a cólera está bem presente no mundo da criança que vivencia o litígio dos pais. A expressão da cólera pôde ser vista como uma maneira de protestar, de dizer não à situação em que essas crianças estão inseridas, uma maneira de mostrar sua subjetividade e suas angústias por não quererem viver separadas de uma pessoa a quem amam, um de seus pais.

É importante lembrar, porém, que o aspecto afetivo da cólera não se restringe apenas à agressão e ao combate. Ela vai além, e por isso é necessário estar atento àquela criança que não expressa sua raiva de forma agressiva, batendo, brigando e projetando em objetos.

Wallon (1879/1962/1995) diz que a emoção não se reduz somente ao automatismo como alguns pensam, os quais restringem o medo aos movimentos de fuga ou à cólera e à ação. A emoção vai além, pois pode obstruir o fluxo do automatismo.

Assim afirma Wallon (1879/1962/1995, p. 85):

A emoção também pode interromper o curso do automatismo; para tanto, basta que uma circunstância qualquer sobrevenha e a reanime, que ele se depare com um obstáculo momentaneamente intransponível ou ainda em consequência do crescimento contínuo e de certa forma espontâneo da excitação. Nesse caso, a

emoção pode continuar senhora do terreno e desenvolver seus efeitos viscerais e tônicos sob sua forma mais violenta e mais exclusiva, ou então, tornar possível a intervenção de imagens e de motivos: repugnância pelo assassinato, vergonha pela fuga, que provocam uma reviravolta completa dos gestos e da conduta.

Assim, as emoções podem levar tanto à ação, quanto à paralização do sujeito e isso depende da forma como cada pessoa se elabora e de como o sistema nervoso central, o orgânico, reage diante dos eventos sociais que desencadeiam as emoções.

Criança C

C foi conduzido pela pesquisadora ao consultório lúdico juntamente com as demais crianças participantes do Projeto Justiça Educativa de Famílias. Em um momento lúdico, jogando o jogo das varetas, C espontaneamente começou a falar sobre seus pais:

- Eu estou aqui porque eu estava pensando umas besteiras, aí minha mãe contou para o meu pai e ele disse que era pra me trazer aqui.

Pesquisadora:

- Que tipo de besteiras você estava pensando, C? Você deseja falar sobre elas?

C: Minha família era tudo muito bom sabe? A gente ia pra igreja todo domingo de manhã e à noite. Meu pai e meu irmão tocavam na orquestra da igreja, até que meu pai começou a parar de tocar, dizendo que estava sentindo dores de ouvido, e também começou a deixar de ir à igreja, aí ele e minha mãe começaram a brigar todas as vezes que a gente chegava da igreja, mas brigavam também em outros dias. Se meu pai chegasse em casa e minha mãe não tivesse feito janta nova, ele pegava os restos das comidas na geladeira e jogava tudo no chão.

Pesquisadora:

- Deve ter sido muito difícil para você! Como você se sente sobre isso?

C: me sentia muito mal, com muito medo. Meu irmão mais velho é que me ajudava, sabe? “Ele dizia fica calmo! Eles vão parar de brigar.”

C continua a falar:

- Um dia eu estava sentado fazendo tarefas, meu pai chegou em mim e me disse “vou viajar e ficar um tempo longe de casa”. Eu respondi “tá bom”.

-Eu disse assim porque eu pensei que realmente ele iria viajar, mas ele estava saindo de casa. Quando eu fiquei sabendo que ele não iria mais voltar, eu fiquei muito triste. Isso já faz 3 anos.

Enquanto brincava com o jogo de varetas, **C** continua: [...] Sabe, a minha mãe mudou muito! Ela vendeu a moto dela e começou a beber. Eles não conseguem conversar, e não resolve um falando do outro. E só falam sobre justiça e advogado. É difícil ter um dia em que eles não falam um do outro e dizem palavrões um para o outro e eu não tenho lugar pra mim enfiar a minha cabeça. Minhas notas na escola caíram muito depois que eles começaram a brigar. Minha mãe diz que meu pai traiu ela e meu pai diz que foi minha mãe que traiu ele. Eles confundem minha cabeça. Eu me sinto indignado. Minha mãe tem 3 namorados e ela diz que um é para pagar as contas, outro é para sair e o outro é para namorar. Não concordo com isso, minha mãe não tem mais respeito com a gente, ela fala muitos palavrões. Ela sai às 7:00 horas da noite e só volta depois das 2:00 hs, tem dia que chega às 4:00 hs da manhã. Eu fico acordado esperando ela chegar, porque não gosto de dormir sem a minha mãe e um dia, enquanto esperava ela chegar, eu fui à cozinha e peguei uma faca e pensei em me matar, mas aí eu pensei na igreja, nos dias em que a gente ia, pensei no meu irmão e desisti, mas eu não aguento mais.

No decorrer da construção das informações, pôde ser percebido que não é incomum, principalmente na pré-adolescência, na faixa etária de 11 a 13 anos, aparecer:

8. Autoextermínio - o pensamento e o desejo de suicídio como consequências da vivência das emoções negativas que compõem a afetividade no litígio dos pais

Pesquisadora:

- Que pena, C, que tudo isso tenha acontecido com a sua família, sinto muito. Mas agora quero te dar os parabéns por não ter tomado essa atitude de tirar a sua vida. Você fez bem em pensar na igreja e também pensar em seu irmão. E parabéns também por você estar aqui e buscar ajuda! Você é um menino muito inteligente, valente e tudo isso vai passar.

Na fala de C, é possível perceber também:

9. A emoção Tristeza como um dos aspectos que compõem a Afetividade como possível motivação para o autoextermínio.

Segundo Wallon (1879/1962/1995. pp. 132-133):

Certas emoções só começam a existir, com sua nuance específica, a partir do momento em que a pessoa que as experimenta torna-se capaz de assistir a elas por uma espécie de desdobramento íntimo, e não tem mais necessidade de se oferecer a outrem em espetáculo para apreciar lhe integralmente o patético. É assim com a tristeza.

Diante do que o autor diz, pode-se pensar na postura de C, sentindo-se só quando os pais não estão mais morando debaixo do mesmo teto e, quando sua mãe sai à noite para as festas, C espera por ela, sentindo-se triste e de certa forma refletindo sobre sua situação. Segundo o autor supracitado, a tristeza é acompanhada de uma autocompaixão.

Segundo Wallon (1879/1962/1995), ao passo que a alegria se oriunda do livre aumento dos movimentos, a tristeza se apresenta tardiamente na criança e é uma emoção que não se vê em um retardado. De todas as emoções, a tristeza parece ser a mais modelada pelas influências grupais.

Assim Wallon (1879/1962/1995, p. 133) continua a dizer:

A dor pode permanecer individual. Não há tristeza sem compaixão por si mesmo, sem um ponto de vista sobre si mesmo que é aquele dos outros. Na tristeza, o indivíduo se conhece necessariamente como implicado em si mesmo a existência dos outros.

Assim, é compreensível a tristeza de C, uma vez que ele relata se sentir mal com as brigas e os palavrões ditos por seus pais um para o outro. O aspecto afetivo da tristeza de C também é acompanhado pela emoção cólera. Esta é outro aspecto da Afetividade supracitado. Wallon (1879/1962/1995) afirma que a cólera pode ser desenvolvida em dois endereços opostos: centrípeta ou projetivo. A cólera centrípeta é aquela em que predomina a angústia. Ela foi percebida quando C disse que, em uma noite que sua mãe saiu e que ele ficou só em casa esperando por ela, se sentindo muito triste, foi à cozinha e pensou em se matar. Nesse momento, C expressou o aspecto afetivo cólera voltada para si mesmo. Dessa forma, percebe-se que, se ele não tivesse pensado no grupo social ao qual pertencia e em seu irmão, ele teria arremetido essa cólera contra ele mesmo, cometendo suicídio.

Melo e Miccione (2014) lembram que o divórcio causa um grande impacto na família e que, para algumas crianças, a dissolução do casamento dos pais representa um acontecimento terrível, onde eles experimentam o medo de serem abandonadas.

Kuczynski (2014, p. 249) pontua a abordagem suicídio entre a infância e a adolescência:

O desejo de morte pode variar, mas sofre sempre a influência de pressão e estressores ambientais, o que acentua a importância da necessidade de atenção para a existência de possíveis fatores de risco cognitivos para uma primeira tentativa ou para uma recorrência do comportamento suicida: a) desesperança; b) carência na geração de alternativas para problemáticas e na flexibilidade para enfrentar

situações; c) estilo disfuncional, internalizando eventos negativos, considerando-o estável e global (associado a quadros depressivos de longa evolução); d) impulsividade.

Para a criança, Morgado, Dias & Paixão (2013) ressaltam que é importante que os pais sejam capazes de encontrar uma forma de conduzir o processo de maneira que haja o mínimo de diálogo e bom senso durante e depois da separação, pois a criança pode não conseguir achar uma forma criativa de enfrentar o problema e pôr fim a sua própria vida. Isso é uma situação séria que deve ser considerada pelos pais em litígio.

Toassa (2011) diz que, para Vigotsky, o ser humano é um animal social, político de relações e que em todo tempo é perpassado em todos os aspectos pelas emoções. Pôde ser percebido que **C** estava vivenciando as variadas emoções descritas acima ao mesmo tempo, o que pôde ter gerado uma pressão psicológica imensa. **C** demonstrou não saber lidar com tanta pressão e, assim, nesse caso, pode-se pensar o litígio como um elemento de autoextermínio quando **C** diz: “Pensei em me matar, não aguento mais. ”

Criança D

D foi conduzido pela pesquisadora ao consultório lúdico juntamente com as demais crianças participantes do Projeto Justiça Educativa de Famílias.

No consultório lúdico, **D** começou a brincar jogando dama. Enquanto jogava, começou a comentar espontaneamente a preocupação em pensar como seus pais estavam no atendimento dos adultos. Então comentou:

D: eu estou preocupado com a minha mãe, eu pedi o meu pai para entrar com o pedido de guarda para eu morar com ele.

Pesquisadora: Mesmo? E por que você quer ir morar com seu pai?

D: eu não quero mais morar com a minha mãe, ela está muito estressada, briga o tempo todo comigo. Teve um dia que eu estava dormindo aí ela me chamou para lavar o banheiro e eu estava ainda acordando devagar, quando de repente ela pegou um balde de água e jogou na minha cara, ela joga qualquer coisa na gente.

Pesquisadora:

- Nossa, sinto muito! E agora você quer ir morar com seu pai?

D: Eu não aguento mais, minha mãe está muito nervosa, grita comigo e tem hora que eu fico com muita raiva dela. Ela não quer que eu vá morar com meu pai, ela diz que minha irmãzinha gosta muito de mim e que eu não posso ficar longe dela. Mas eu posso ir ver minha irmã, eu gosto muito da minha irmãzinha. Mas sabe !? Eu vou te falar uma coisa, eu já pensei em matar a minha mãe e depois me matar.

Enquanto continuam jogando o jogo de dama a Pesquisadora responde:

Pesquisadora: Mesmo!? Você acha que essa é a saída para você?

D: Não! É só minha mãe me liberar pra eu morar com o meu pai. Eu estou com muita vontade que chegue logo o dia da audiência.

Pesquisadora: E se a audiência não for favorável? E se o juiz não liberar você para ir morar com o seu pai?

D: eu não sei o que vou fazer, eu só sei que vou dar um jeito. Com a minha mãe eu não vou morar.

Com os relatos de **D**, pôde ser percebido o litígio não apenas como elemento gerador de emoções negativas que podem levar ao autoextermínio, mas também como possibilidade de extermínio do outro, nesse caso o extermínio da mãe. Leite (2012) pontua que, para Vigotsky, as emoções saem do plano biológico individual e caminham para o campo superior e simbólico de significações e sentidos, conferidos na e pela cultura, e a relação com o outro torna-se essencial. Quando **D** disse “[...] Minha mãe é muito nervosa,

ela grita com a gente [...] ela briga o tempo todo. Ela jogou um balde de água na minha cara, [...]”, puderam ser percebidas emoções negativas cólera e angústia como componentes afetivos capazes de possibilitar o autoextermínio, bem como:

10. O extermínio do outro.

Faco e Melchiori (2008) lembram que se pensa a família como o lugar que proporciona o aprendizado, a cidadania e o desenvolvimento individual e grupal de seus componentes. Carvalho e Almeida (2003) dizem que a família é uma instituição de extrema importância não apenas para a sobrevivência do ser humano, mas um lugar que oferece proteção. A hipótese é de que **D** busca esse ambiente de proteção e acolhimento quando pede para o pai entrar na justiça com o pedido de guarda, pois o seu desejo, desesperado, é de sair do ambiente em que vive com sua mãe.

Os casos de **C** e **D** podem ser considerados uma alerta, ou uma luz vermelha, de quão profunda é a crise enfrentada pelos pais no processo do litígio e o quanto a criança alvo do processo pode ser afetada, pois esse evento pode ser considerado um dos maiores períodos de turbulência em uma família, Melo e Miccione (2014). É necessário que os genitores, mesmo vivenciando o processo da separação, reflitam sobre como manter o diálogo de forma decente e enfrentar o litígio de maneira que não deixem de dar atenção aos seus filhos.

Assim, de acordo com o pensamento de Vigotsky sobre a construção do método:

Em resumo, então, o objetivo e os fatores essenciais da análise psicológica são os seguintes: (1) uma análise do processo em oposição a uma análise do objeto; (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa e não descritiva; e (3) uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de determinada

estrutura. O resultado do desenvolvimento não será uma estrutura puramente psicológica, como a psicologia descritiva considera ser, nem a simples soma de processos elementares, como considera a psicologia associacionista, e sim uma forma qualitativamente nova que aparece no processo de desenvolvimento (Vigotsky,1896/1934/2007, p. 69).

Dessa forma, constatou-se, segundo o autor, a importância de a construção do método ser compatível com o objeto. Nesta pesquisa, o objeto pôde ser devidamente estudado de forma a evidenciar como cada criança expressa sua afetividade no litígio dos pais.

Capítulo V- Considerações Finais

Esta pesquisa se dispôs a estudar e compreender qualitativamente alguns aspectos da afetividade da criança, à luz de teorias do desenvolvimento humano e definições da teoria da subjetividade, e construir, analisar e descrever categorias relacionadas à afetividade da criança no litígio dos pais. Acredita-se ter alcançado o objetivo proposto à medida em que foram apresentados indicadores importantes acerca das emoções como aspectos da afetividade da criança que vivencia o processo litigioso dos pais. Algumas questões importantes a serem apontadas são:

Dentre os quatro estudos de caso, dois chegaram a pensar em autoextermínio e, desses dois, um chegou a pensar em matar a própria mãe e depois se matar, devido à pressão proporcionada pelo processo do litígio. Esse é um ponto de extrema relevância, pois, enquanto os pais estão interessados na disputa da guarda ou em saber quem vai sair vencedor no processo do litígio, os filhos estão correndo o risco de perder a própria vida.

A pesquisa deixou claro que a criança se posiciona e expressa sua afetividade acerca do litígio dos pais, ou seja, ela não é invisível nem neutra, mas é sujeito do processo, portanto se exigem o olhar cuidadoso, o diálogo e o bom senso durante e depois do processo litigioso.

A criança, dentro do processo do litígio dos pais pela sua guarda, deseja ser ouvida. Porém, os pais estão tão envolvidos com a justiça e focados no resultado do processo que se esquecem de ouvi-la. Na maioria das vezes ela tenta falar, outras até falam, entretanto não são escutadas.

Dessa forma, retomando Peres (2012), que mostra a importância da afetividade nos relacionamentos interfamiliares, ressalto a relevância das emoções no contexto da saúde do indivíduo e a necessidade do aprofundamento do estudo da afetividade, em especial das

emoções como aspectos que atravessam o sujeito em todas as suas relações. Durante a construção dessa dissertação, percebi o quanto o estudo desse tema ainda é incipiente na psicologia, carecendo de que outros pesquisadores se interessem em desenvolver estudos que ajudem a esclarecer as peculiaridades das emoções e seu impacto na vida das pessoas. Como pesquisadora, posso afirmar que, depois do processo da pesquisa, pude ter a visão ampliada acerca das implicações do processo litigioso vivido pela criança, a complexidade que envolve o desenvolvimento das emoções do ser humano, e a importância das relações sociais do sujeito. Ao mesmo tempo pude perceber o quanto é possível se transformar para melhor quando se tem o olhar voltado para as possibilidades da saúde.

Durante um ano e meio, participei de vários atendimentos com as crianças participantes do Projeto Justiça Educativa de Famílias, além do atendimento com crianças desta pesquisa. Pude ver o quanto as crianças que participaram das sessões terapêuticas se desenvolveram emocionalmente, apresentaram melhoras nos processos alérgicos e maior disposição para se relacionar com os genitores.

Seria importante se pudéssemos ter mais ações sociais que abarcassem a educação de pais em relação a criação de filhos, educação sobre a importância das relações interpessoais e o desenvolvimento pessoal, com o objetivo de construir uma sociedade melhor e um futuro mais humano e equilibrado.

Quero ressaltar a relevância do Projeto Justiça Educativa de Famílias desenvolvido pela Dr^a Vannuzia Leal Andrade Peres para o desenvolvimento de uma sociedade melhor dentro do contexto do litígio. O apoio que ela tem recebido da instituição Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC-GO tem sido fundamental para o alcance de famílias em processo de intenso sofrimento psíquico e tem possibilitado a produção de um novo sentido do processo e uma nova possibilidade de enfrentamento de problemas não só no contexto litigioso. Após os cônjuges passarem pelas cinco sessões, conseguem enxergar

novas possibilidades em vários âmbitos de suas vidas. Sendo assim, só me resta parabenizar a professora Dr^a Vannuzia Leal Andrade Peres pelo empenho e pela dedicação da sua própria vida para o projeto, que tem alcançado várias pessoas da comunidade.

Encerra-se essa dissertação com a expectativa de que os leitores, no geral, e particularmente os pais que estão vivendo ou que venham vivenciar o litígio pela guarda dos filhos, tenham a oportunidade de refletir sobre a implicação do processo litigioso para a vida de seus filhos, considerando a visão científica dos aspectos da afetividade do ser humano. Espera-se ainda que esses pais se sintam desafiados a se renderem à reflexão, ao diálogo e ao bom senso.

Referências

- Almeida, S. F. C. de (1993). O lugar da afetividade e do desejo na relação ensinar-aprender. *Temas em Psicologia*, 1(1), 31-44. Recuperado em 04 de julho de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 04 e julho de 2017
- Almeida, A, R, S. (2008). *A afetividade no desenvolvimento da Criança*. Contribuições de Henri Wallon. <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5271/4688> acesso em 21-04-17
- Antony, S. M. da R. (2009). Os ajustamentos criativos da criança em sofrimento: uma compreensão da gestalt-terapia sobre as principais psicopatologias da infância. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2). Recuperado em 01 de agosto de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000200007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 01 de agosto 2017.
- Brito, L. M. T. de (2007). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(1), 32-45. Recuperado em 08 de junho de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Boarini, M, L. (2003). Refletindo sobre a nova e velha família. *Psicol. estud.* [online], vol.8, n. spe, pp. 12. ISSN 14137372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000300001>. Acesso em 29 de junho de 2017.
- Bonoto, A. C. P. (2013). *Fatores de risco e proteção no processo de adaptação de criança à separação/divórcio dos pais em litígio judicial: um estudo de laudos psicológicos*. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107237/319567.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . cesso em 26 de fevereiro de 2017.
- Carmo, M. (2007). Configurações familiares: um novo paradigma. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2), 260-262. Recuperado em 30 de junho de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000200011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 29 de junho de 2017.
- Carvalho, I. M. M., & Almeida, P. H. (2003). Família e proteção social. *São Paulo Perspec.* [online], vol.17, n. 2, pp. 109-122. ISSN 01028839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200012>. Acesso em 29 de junho de 2017.

Collor, F., Cabral, B., Chiarelli, C., Magri, A., & Procópio, M. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente ECA*. 160º da Independência e 102º da República. Brasília: 13 de julho de 1990.

Cardazzo, S. T. D., & Vieira, M. L. (2007). A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1) Recuperado em 16 de abril de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100009&lng=pt&tlng=pt.

Costa, J. B., Moura, S. S. L. Estevam, I. D., Formiga, N. S. (2015). *A Prática Do Psicólogo No Atendimento A Crianças Envolvidas Em Litígio De Guarda*. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 13, janeiro - junho / 2015. Disponível em http://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/02-13.pdf. Acesso em 10 de março de 2016.

D'Alessandro, J. K. (1980). *Introdução ao Psicodrama*. São Paulo. Mestre Jou.

Davis, M., Wallbreidge, D. (1982). *Limite e espaço: uma introdução à obra de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.

Duarte, P. L. (2009). *Atualidades do Direito de Família e Sucessões*. publicado no Data dez em abril de 2009. <http://www.amdjus.com.br/doutrina/civil/147.htm> Acesso em 14 de abril 2016

Eymann, A., Busaniche, J., Liera, J., Cunto, C. de, & Wahren, Carlos. (2009). Impacto da separação sobre a qualidade de vida de crianças em idade escolar. *Jornal de Pediatria*, 85(6), 547-552. <https://dx.doi.org/10.2223/JPED.1958>

Faco, M. G., & Melchiori, E. L. (2008). Valle, T. G. M., org. *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 222 p. ISBN 978-85-98605-99-9. Available from SciELO Books. Acesso em 29 de junho de 2017.

Grolnick, S. A. (1993). *Winnicott o trabalho e o brinquedo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Kuczynski, E. (2014). *Suicídio na infância e adolescência*. <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0246.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2017.

- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2011). O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. *Estilos da Clínica*, 16(1), 222-245. Recuperado em 06 de outubro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282011000100013&lng=pt&tlng=pt.
- Leite, S. A. S. (2012). *Afetividade nas práticas Pedagógicas*. DOI: 10.9788/TP2012.2-06. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v20n2/v20n2a06.pdf>. Acesso em 05-05-17
- Machado, L. V., Facci, M. G. D., & Barroco, S. M. S. (2011). Teoria das emoções em Vigotski. *Psicol. estud.* [online]. 2011, vol.16, n.4, pp. 647-657. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000400015>.
- Melo, N. S. A., & Miccione, M. M. (2014). *As consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental*. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 12, julho – dezembro/2014 http://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/03.pdf acesso em 17 de fevereiro de 2017.
- Morgado, A. M., Dias, M. da L. V., & Paixão, M. P. (2013). O desenvolvimento da socialização e o papel da família. *Análise Psicológica*, 31(2), 129-144. Recuperado em 30 de junho de 2017, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Oliveira, N. H. D. (2009). *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books. Acesso em 29 de junho de 2017
- Peres, V. L. A. (2007). *Revista Brasileira de Psicodrama*, São Paulo: FEBRAP, v. 15, n 1, (jun. 2007), p. 151-163, 0104-5393, (BR-CrUES) 48585.
- Peres, V. L. A. (2012) O desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar. Disponível <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1030>. Acesso em 11 de março de 2016.
- Peres, V. L. A. (2013). Justiça Educativa de Famílias. *Rev. Fragmentos de Cultura*. v. 23, n. 4, pp. 415-424, out/dez, 2013.
- Peres, V. L. A. (2014). Configurações Subjetivas de Famílias em Litígio pela Guarda dos Filhos. *Psicol. cienc. prof.* [online] vol. 34, n. 3, pp. 733-744. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000352013>.

Piaget, J. (1896/1950/1998). *Seis estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Queiroz, N. L. N., Maciel, D. A., & Branco, A. U. (2006), *Brincadeira de desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista*
<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a05.pdf>. Acesso em 15 de Novembro de 2016.

Raposo, H. S., Figueiredo, B. F. C., Lamela, D. J. P. V., Costa, A. N. R., & Prego, M. C. C. J. (2011). Ajustamento da Criança à separação ou divórcio dos pais. *Rev Psiq Clín.* 38(1):29-33. <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v38n1/a07v38n1/>– acesso em 17 de fevereiro-2017

Gonzalez Rey, F. L. G. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira.

Gonzalez Rey, F. L. G. (2005). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira.

Gonzalez Rey, F. L. G. (2011). *Subjetividade e Saúde, Superando a Clínica da Patologia*. São Paulo. Cortez.

Gonzalez Rey, F. L. G. (2012). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomoson.

Rosamilha, N. (1937/1979). *Psicologia do Jogo e aprendizagem infantil*. São Paulo: Editora Pioneira.

Rossato, M., Martins, L. R. R., & Martínez, A. M. (2014). *A construção do cenário social da Pesquisa no contexto da Epistemologia Qualitativa*. Campinas-SP. Alínea. (capítulo do livro subjetividade contemporânea, discussões epistemológicas e metodológicas).

Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. *Pepsic Periódicos Eletrônicos em Psicologia. Psicol. teor. prat.* v.7, n.1. São Paulo, jun. 2005. Disponível Em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000100002. Acesso em 06 de março de 2016.

Silva, K. A. T., & Capelle, M. C. A. (2013). *A Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa de Gonzalez Gonzalez Rey como possibilidades Teórico- Metodológica nos Estudos de Administração*. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ67.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

Souza, R. M. (2000). *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Set-Dez 2000, Vol. 16, n. 3, pp. 203-211. <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4807.pdf>

Souza, M. T. C. C. de, Folquitto, C. T. F., Oliveira, M. P. de, & Natalo, S. P. (2008). Relações entre aspectos afetivos e cognitivos em representações de contos de fadas. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 227-242. Recuperado em 29 de outubro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200010&lng=pt&tlng=pt.

Taille, Y. L. (1992). *Piaget, Vigotsky, Wallon: teoria psicogenética em discussão*. São Paulo: Sammus.

Toassa, G. (2011). *Emoções e vivências em Vigotski*. São Paulo: Papyrus.

Vigotsky, L. (2004). Teorías de las emociones *Estudio histórico-psicológico*. Madrid – España. Akal/Universitária.

Vigotsky, L. S. (1896/1934/2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotsky, L. S. 1983/1995/2000. Problemas del desarrollo de la psique. Gráficas Róger. Navalcarnero (Madrid)

Vilas Boas, A. C. V. B., & Silva, A. T. B. (2009). A relação entre ex-cônjuges e entre pais e filhos após a separação conjugal. in Valle, TGM. (org). *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica. 222 p. ISBN 978-85-98605-99-9. Available from SciELO Books. Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

Viotto, F. I. A. T., Ponce, R. F., & Almeida, S. H. V. (2009). As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. *Psicologia da Educação*, (29), 27-55. Recuperado em 05 de julho de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 05 de julho de 2017

Wallon, H. (1993). *Les origines du caractère chez l'enfant. Les préludes du sentiment de personnalité*. Paris: Presses Universitaire de France.

Wallon, H. (1968). *A evolução Psicológica da criança*. Rio de Janeiro: Edições 70.

Wallon, H. (1879/1962/1995). *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Nova Alexandria.

Winnicott, W. D. (1896/1971/1999). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (1975). *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1979). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editoras.

Anexos

Anexo 1

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Seu filho (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título “Aspectos afetivos da Criança no Litígio dos Pais pela sua Guarda” Meu nome é Valdirene Maria Cândida da Silva, sou membro da equipe de pesquisa deste projeto de mestrado em Psicologia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de você aceitar seu filho (a) fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias e em todas as páginas, sendo a primeira via de guarda e confidencialidade da equipe de pesquisa e a segunda via ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o (a) equipe de pesquisa Valdirene Maria Cândida da Silva ou com o (a) orientador (a) da pesquisa Professor (a) Dr^a Vannuzia Leal Andrade Peres, nos telefones: (62) 9299-8744 e-mail: valdirenepsico@gmail.com ou (62) 8132-4689, e-mail. vannuzia@terra.com.br, caso de dúvida **sobre a ética aplicada a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, localizado na Avenida

Universitária, N° 1069, Setor Universitário, Goiânia – Goiás, telefone: (62) 39461512, funcionamento: 8h as 12h e 13h as 17h de segunda a sexta-feira. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares. Esta pesquisa será produzida no projeto “Justiça Educativa de Famílias” desenvolvido e coordenado pela Prof^a Dr^a Vannuzia Leal Andrade Peres desde 2013 no Centro de Estudos

e Práticas Psicológicas (CEPSI) da PUC- GO – Pontifícia Universidade de Goiás, com Famílias encaminhadas pelas Varas de Famílias do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Nesse contexto você, familiar de uma criança cuja guarda se dá por meio de ação judicial, está sendo abordado pela pesquisadora e esclarecidas sobre o propósito da pesquisa e convidadas a serem participantes da mesma. Esta pesquisa tem o interesse de investigar como as crianças se sentem afetivamente no contexto do litígio. Com o objetivo de identificar e analisar a qualidade das expressões afetivas da criança que está vivenciando o litígio dos pais pela sua guarda. A metodologia dessa pesquisa será construtiva interpretativa, ou seja, os dados serão coletados e analisados ao mesmo tempo, em interação entre pesquisador e participante em um espaço lúdico (brincadeiras ou jogos de faz de conta), utilizando músicas infantis, histórias infantis, jogos de faz de conta na clínica escola CEPSI. As crianças que participarem dessa pesquisa podem correr o risco de se comover emocionalmente no momento lúdico (brincadeira ou jogos de faz de conta) ou outro conflito psicológico que emerja no momento da pesquisa; porém serão tomadas algumas cautelas para que danos previsíveis sejam evitados como: não serão utilizados brinquedos que ofereçam risco para a criança por ex. brinquedos perfurantes, cortantes e nem os que possuem elemento nocivo; o ambiente também será adequado para a realização da pesquisa. Os brinquedos que serão utilizados para a coleta de dados são da clínica escola CEPSI e são usados pelo próprio CEPSI para atendimento com crianças. Com base na resolução do Conselho Nacional de Saúde, 466 de 2012 no item II caso o risco vá além dos aspectos emocionais, atingindo uma outra área o participante terá assistência Integral (física e emocional), imediatos ou tardios, gratuita. Se houver necessidade de intervenção terapêutica e após ser atendido o participante desejar retornar a pesquisa ele terá total liberdade.

O participante da pesquisa terá como benefício a oportunidade de falar sobre suas emoções no contexto do litígio em um espaço diferente do Tribunal de Justiça, se expressando e inserindo novos registros emocionais sobre os aspectos da agressão intrafamiliar na situação do litígio. A pesquisadora esclarece que o processo educativo garante apoio psicológico e que, mesmo assim posso retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem sofrer nenhum prejuízo e nenhuma penalidade e que será garantido total sigilo quanto as informações confidenciais ao pesquisador; as informações construídas na pesquisa poderão ser utilizadas de forma didática e científica ou seja a divulgação dos resultados em livros, artigos e congressos, sem identificação do participante. Os custos necessários para a participação do participante na pesquisa serão assumidos pela pesquisadora, será garantida a indenização em casos de danos psicológico e físicos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declaram: que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios devido a sua participação neste estudo; que toda informação será absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

Eu _____, abaixo assinado, discuti com a orientadora da pesquisa Prf^a Dr^a Vannuzia Leal Andrade Peres e com a pesquisadora Valdirene Maria Cândida da Silva, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de

despesas e que tenho garantia de assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste serviço.

Goiânia, ____, de _____, de 201__.

Assinatura do participante

___/___/___

Data

Assinatura do pesquisador

___/___/___

Data

Anexo 2**TERMO DE ASSENTIMENTO**

Eu, Valdirene Maria Cândida da Silva e a Prof^ª Dr^ª Vannuzia Leal Andrade Peres, queremos te chamar para participar de uma brincadeira. Juntos vamos brincar de jogos de faz de conta, ouvir músicas infantis, vamos te contar histórias. Você vai ser filmado (a), se você deixar, porque o filme vai ajudar a gente a ver tudo o que você fez enquanto brincava sem perder nada. Com essa brincadeira nós queremos saber como você se sente em relação a situação do litígio de seus pais pela sua guarda. Se você quiser brincar com a gente, você vai ficar com uma folha igual a essa e vai deixar a marca do seu dedão com tinta nessa folha. Mas se você não quiser brincar não terá nenhum problema tudo vai ficar do mesmo jeito. Para você poder brincar com a gente, a pessoa que cuida de você tem que deixar também, ele (a) vai escrever em uma folha dizendo que deixa também. Tudo o que você quiser perguntar a gente vai responder. Você só vai brincar se você quiser, a hora que você quiser parar, você vai poder, não vai acontecer nada, tudo vai continuar do mesmo jeito. A pessoa que cuida de você também pode pedir para você não brincar mais, a hora que ela quiser. O seu nome e a sua idade vai ser guardado pela gente, nós não vamos mostrar para outras pessoas. Na hora da brincadeira você pode se emocionar e até chorar, a gente vai entender e você pode parar. Na sala só vai ter você, a Valdirene Maria Cândida da Silva e a Prof^ª Dr^ª Vannuzia Leal Andrade Peres. E tudo que você fez a gente vai guardar no computador, durante cinco anos. Eu dono (a) desse dedo, entendi o que a Valdirene Maria Cândida da Silva e a Prof^ª Dr^ª Vannuzia Leal Andrade Peres vão fazer nessas brincadeiras. Tudo o que eu não entender posso perguntar, e sei que eu e a pessoa que cuida de mim podemos mudar de ideia e não querer brincar mais. Peguei uma folha igual a essa e a Valdirene Maria Cândida da Silva e a Prof^ª Dr^ª Vannuzia Leal Andrade Peres e a pessoa que cuida de mim leram para mim.

Goiânia, _____ de _____ de 20__

Digital do dedo polegar direito

Anexo 3

JUSTIÇA EDUCATIVA DE FAMÍLIAS – PUC-GOIÁS/IEP TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, abaixo assinado, aceito participar como voluntário da pesquisa **“Produções Subjetivas de Famílias em Litígio pela Guarda dos Filhos: implicações para o seu desenvolvimento social”**, bem como autorizo a participação de meu filho(os) menor(es),

_____,
_____. Eu e minha família fomos encaminhados ao Projeto Justiça Educativa de Famílias (campo onde a referida pesquisa é realizada) pelo II Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Goiânia e fomos devidamente informados e esclarecidos sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, seus riscos e benefícios, de que o seu caráter social justifica a nossa participação voluntária, isso é, a minha disponibilidade para colaborar com a pesquisa e autorizar a participação de meu filho(os), sem nenhum benefício financeiro. O benefício de nossa participação decorrerá da possibilidade de podermos aprender a resolver os conflitos envolvidos no litígio e nos desenvolvermos. A responsável pela pesquisa, a Prof^a Dr^a Vannúzia Leal Andrade Peres, coloca-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e esclarece que o processo educativo garante apoio psicológico e que, mesmo assim, posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem eu e meu filho(os) sofreremos nenhum prejuízo e nenhuma penalidade. Concordo, inclusive, com a utilização didática e científica das informações construídas na pesquisa por meio de áudio e vídeo, ou seja, a sua utilização para divulgação dos resultados em livros, artigos e congressos.

Local e data: _____

Assinatura do pai: _____

Assinatura da mãe: _____

Nomes do filho(os) _____

ⁱ O título: “Aspectos Afetivos da Criança no Litígio dos Pais pela sua Guarda, foi substituído por: A Afetividade da Criança no Litígio dos Pais.”